



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO-IE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA - PPGPSI

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EVANGÉLICOS: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE EVANGÉLICOS E NÃO EVANGÉLICOS**

Abel Jorge Luiz Alves da Graça Miki

Seropédica, RJ

2020

Abel Jorge Luiz Alves da Graça Miki

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EVANGÉLICOS: UM ESTUDO
COMPARATIVO ENTRE EVANGÉLICOS E NÃO EVANGÉLICOS**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do grau de **Mestre em Psicologia**. Curso de Pós-graduação em Psicologia – Linha de Pesquisa Processos Psicossociais e Coletivos da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Banca Examinadora:

Dr. Denis Giovani Monteiro Naiff (UFRRJ)
Presidente

Dra. Luciene Alves Miguez Naiff (UFRRJ)
Examinadora Interna

Dr. Rafael Moura Coelho Pecly Wolter (UFES)
Examinador Externo

Seropédica, RJ

2020



TERMO N° 108/2021 - DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

N° do Protocolo: 23083.009031/2021-91

Seropédica-RJ, 09 de fevereiro de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ANEXO À DELIBERAÇÃO N° 001, DE 30 DE JUNHO DE 2020
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO.

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

Abel Jorge Luiz Alves da Graça Miki

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a), no Programa de Pós Graduação em PSICOLOGIA, Área de Concentração em PSICOLOGIA
DISSERTAÇÃO denominada

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE EVANGÉLICOS: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE EVANGÉLICOS E NÃO EVANGÉLICOS

APROVADA EM 03/12/-2020

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da tese / dissertação.

Identificar membros da banca:

Nome completo. Titulação (Dr., Ph.D.). Instituição (sigla) (Orientador / Coorientador, Presidente da Banca)

Denis Giovanni Monteiro Naiff - Doutor, UFRRJ, Orientador

Luciene Alves Miguez Naiff - Doutora, UFRRJ, Avaliador interno

Rafael Moura Coelho Pecly Wolter - Doutor, UFES, Avaliador externo

Documento não acessível publicamente

(Assinado digitalmente em 09/02/2021 11:12)

DENIS GIOVANI MONTEIRO NAIFF

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matricula: 1547770

(Assinado digitalmente em 09/02/2021 11:14)

LUCIENE ALVES MIGUEZ NAIFF

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)

Matricula: 1765641

(Assinado digitalmente em 09/02/2021 11:22)

RAFAEL MOURA COELHO PECLY WOLTER

ASSINANTE EXTERNO

CPF: 094.317.457-04

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM636r Miki, Abel Jorge Luiz Alves da Graça, 1984-
Representações Sociais de Evangélicos: Um Estudo
Comparativo entre Evangélicos e Não-Evangélicos /
Abel Jorge Luiz Alves da Graça Miki. - Volta redonda,
2020.
91 f.

Orientador: Denis Giovani Monteiro Naiff.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PPGPSI, 2020.

1. Representações Sociais. 2. Psicologia das
Minorias Ativas. 3. Psicologia Social. 4.
Evangélicos. I. Naiff, Denis Giovani Monteiro, 1971-
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PPGPSI III. Título.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

DEDICATÓRIA

*Ao Tesouro mais valioso de nosso sistema solar, minha família,
minha esposa Priscila Miki e filha Esther Miki
Diante da vastidão do tempo e da imensidão do universo, é um imenso privilégio para
mim dividir um mesmo tempo e um mesmo espaço com elas.*

AGRADECIMENTO

Ao autor e fonte de minha vida, a quem chamamos de Deus.

À minha família, Priscila e Esther, que me deram o apoio de forma indireta, sem a qual nunca conseguiria ao menos participar do processo seletivo.

Ao meu orientador Denis Giovani Monteiro Naiff, por sua confiança dedicada a mim, pelas aulas, pelas orientações, pela sua didática em nos deixar autônomos, mesmo sendo desconfortante, nos gera crescimento.

Aos professores pelas aulas ministradas durante o curso, que nos proporcionou muito aprendizado.

Aos amigos que tive o privilégio de conhecer durante o curso, pessoas especiais que foram protagonistas nesse importante episódio de minha vida. Em especial, a dois amigos que sempre me incentivaram para ingressar no mestrado, Prof. Flávio Vaz Machado e Prof^a.

Dr^a Ilda Cecília Moreira da Silva, os quais me ajudaram nas correções do trabalho.

Aos participantes que aceitaram contribuir para que essa pesquisa se desenvolvesse.

A todos esses, muito obrigado!

RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de identificar e analisar as Representações Sociais construídas em dois grupos: evangélicos e não evangélicos, executando a tarefa de evocação livre - TEL, usando o termo indutor "evangélico". Defrontando as respectivas representações nesses grupos, sendo possível observar as certas causas dos conflitos e desconfortos psicossociais existentes nos dois grupos. A pesquisa contou com 120 participantes, da cidade de Volta Redonda-RJ, ambos sexos, com a faixa etária entre 18 e 69. Os grupos foram divididos em 60 participantes evangélicos e 60 participantes não evangélicos. Para a identificação dos conceitos e fundamentação dos argumentos, admitiu-se como referenciais teóricos, as Representações Sociais e a Psicologia das Minorias Ativas. A primeira teoria contribui para identificar o posicionamento dos grupos evangélicos e não evangélicos, acerca do tema "evangélico". A segunda teoria contribui para a observação da presença de evangélico na universidade, sob a perspectiva das premissas da teoria das minorias ativas, para identificar os fenômenos psicossociais gerado pelo encontro de dois universos socioculturais, a universidade e os evangélicos. A universidade tornou-se, em nosso século, espaço de vanguarda do conhecimento independente e libertário, principalmente dentro das ciências humanas, onde são defendidas pautas não poucas conservadoras, ou seja, espaço de ideias pluralistas e democráticos. Evangélicos na universidade é uma reflexão de um possível encontro desses dois mundos de representações, onde ambos não apresentam uma predisposição em proporcionar uma convenção ou ações de diálogos. Os desconfortos psicossociais gerados entre os dois grupos, os quais podem fazer irromper atitudes de discriminação e preconceito um pelo outro em um mesmo ambiente. Conclui-se que, tratar essa realidade dos evangélicos na universidade sob o ponto de vista de minorias ativas, levando em conta as Representações Sociais dos não evangélicos sobre o tema, além de ser bastante relevante para a Psicologia Social, tem uma carência maior de atenção, principalmente por se tratar de conflitos, comunicação e influência.

Palavras-chave: Representações Sociais; Minorias Ativas; Evangélicos; Não evangélicos e Universidade

ABSTRACT

The present work aims to identify and analyze the social representations constructed in two groups: evangelical and non-evangelical, performing the Free Recall Task - FRT, using the inductive term "evangelical". Facing the respective representations of the two groups, it will be possible to observe the possible causes of conflicts and psychosocial discomforts in both groups. The survey will include 120 participants, from Volta Redonda-RJ, both genders, aged between 18 and 69. The groups will be divided into 60 evangelical participants and 60 non-evangelical participants. For the identification of the concepts and the foundation of the arguments, the research accepted the social representations and the psychology of active minorities as theoretical references. The first theory helps to identify the position of evangelical and non-evangelical groups on the "evangelical" theme. The second theory contributes to the observation of the evangelical presence in the university, from the perspective of the premises of the active minorities theory, to identify the psychosocial phenomena generated by the encounter of two sociocultural universes, the university and the evangelicals. The university has become, in our century, the vanguard of independent and libertarian knowledge, mainly within the human sciences, where there are many conservative guidelines, that is, a space for pluralist and democratic ideas. The evangelicals at the university is a reflection of a possible encounter between these two worlds of representations, where both do not have a predisposition to provide a convention or dialog actions. The psychosocial discomforts generated between the two groups, which can cause attitudes of discrimination and prejudice to erupt in the same environment. It is concluded that treating this reality of evangelicals in the university from the active minorities point of view, taking into account the social representations of non-evangelicals on the same theme, is an investigation, in addition to being quite relevant for social psychology, it has a greater need for attention, mainly because it is about conflicts, communication and influence.

Keywords: Social Representations; Active minorities; Evangelicals; Non-Evangelicals and University

LISTAGEM DE SIGLAS

ABU – Aliança Bíblica Universitária

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TEL – Tarefa de Evocação Livre

TNC – Teoria do Núcleo Central

LISTAGEM DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Escolaridade dos Brasileiros em 2016 - DATAFOLHA

Gráfico 2 – Evolução da Religião Evangélica de 1994 a 2017 - DATAFOLHA

Gráfico 3 – Escolaridade dos Participantes Evangélicos

Gráfico 4 – Escolaridade dos Participantes Não evangélicos

Gráfico 5 – Você concorda com a liberação do aborto? (Evangélicos)

Gráfico 6 – Você concorda com a liberação do aborto? (Não evangélicos)

Gráfico 7 – Os Casos Específicos (60 Participantes Evangélicos)

Gráfico 8 – Os Casos Específicos (60 Participantes Não evangélicos)

Gráfico 9 – Ministro evangélico na Suprema Corte do Brasil (60 Participantes Evangélicos)

Gráfico 10 – Ministro evangélico na Suprema Corte do Brasil (60 Participantes Não evangélicos)

Gráfico 11 - Distribuição das frequências das palavras emitidas pelos grupos: (1) evangélicos e (2) não evangélicos:

Gráfico 12 - Distribuição da religiosidade dos 60 participantes Não evangélicos

LISTAGEM DE TABELA

Tabela 1 – População brasileira e evangélicos brasileiros

Tabela 2 – Distribuição dos participantes por Faixa Etária

Tabela 3 – Distribuição das respostas dos 16 participantes evangélicos que frequentaram ou ainda frequentam universidades.

LISTAGEM DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema ilustrativo da distribuição dos quatro quadrantes das Representações Sociais.

Figura 2 – Esquema ilustrativo (exemplo) das conexões dos elementos mais fortes numa análise de similitude.

Figura 3 – Análise Prototípica: Distribuição dos quadrantes da representação social dos Evangélicos.

Figura 4 – Análise de Similitude: Arcabouço de conexões e intensidades dos elementos mais importantes do grupo evangélico.

Figura 5 – Análise Prototípica: Distribuição dos quadrantes da representação social dos Não evangélicos

Figura 6 – Análise de Similitude: Arcabouço de conexões e intensidades dos elementos mais importantes do grupo não evangélico.

Sumário

RESUMO	13
1. INTRODUÇÃO	15
2. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	20
Aspectos Históricos da Teoria	20
Definição da Teoria	21
O Processo da Formação	23
A Teoria do Núcleo Central	25
Sua Função	27
3. A TEORIA DA PSICOLOGIA DAS MINORIAS ATIVAS	28
Definição	28
Uma Perspectiva Clássica Sobre Influência	28
As Minorias Ativas	32
Cada membro, independentemente de sua posição, é uma fonte e um receptor potencial de influência:	33
A mudança social constitui um objeto da influência:	35
Os processos de influência estão diretamente vinculados à produção e reabsorção de conflitos:	36
O principal fator de êxito da influência do indivíduo ou subgrupo é o estilo de comportamento:	36
As normas de objetividade, normas de preferência e normas de originalidade determinam o processo de influência:	39
As modalidades de influência incluem, além da conformidade, a normatização e a inovação:	41
A Relação Entre A Teoria Das Representações Sociais E Psicologia das Minorias Ativas	43
4. EVANGÉLICOS NAS UNIVERSIDADES	44
Contexto Histórico e Geográfico	44
Contexto Psicossocial	47
5. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	54
Objetivo Geral	54
Objetivos Específicos	54
6. METODOLOGIA DA PESQUISA	55
Os Participantes e Análise dos Dados	55
Instrumento e Organização dos Dados	63
7. RESULTADOS E AMOSTRAS	68
Grupo Evangélico	69

Grupo Não evangélico	72
8. EVANGÉLICOS E AS MINORIAS ATIVAS.....	76
9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	80
ANEXO A – Autorização do Comitê de Ética.....	Erro! Indicador não definido.
APÊNDICE A – Questionário	85

1. INTRODUÇÃO

Por meio de uma visão panorâmica, podemos postular que, a filosofia, assim como a história ocidental, mostra uma impactante linha que a dividiu: o cristianismo. O cristianismo representa essa linha que está entre a fase “antes de Cristo” e “depois de Cristo”. De forma singela e aparentemente sem força de expressão, o cristianismo vinha se desenvolvendo lentamente com sua influência, até a sua aderência pelo império romano no século IV, a partir do qual passou a se estruturar velozmente como uma potente religião, deixando de ser uma minoria, comprometendo até a filosofia, ou seja, a filosofia grega, que se transformara em filosofia cristã, que se estacionou no período medieval.

Segundo Russell (1957) a filosofia, que antes usufruía de uma autonomia, no período medieval, o cristianismo dominou o pensamento filosófico por um período de dez séculos, desde Santo Agostinho até o século XV, onde as respostas passavam pelo crivo dos clérigos. Porém, a partir desse período, com o advento da Reforma Protestante, o pensamento filosófico se liberta dos paradigmas da igreja romana, suscitando dois movimentos, o primeiro foi o renascimento do saber científico independente, sem a intervenção divina e a contribuição da fé, um retorno ao ciclo dialético, legado deixado pelos gregos; o segundo foi o movimento protestante que, segundo Weber (2004, p. 90), vinha crescendo de forma sutil e fragmentada, porém movimentando grandes marcos políticos, econômicos e culturais na parte da Europa, mais um movimento de uma minoria ativa.

É importante mencionar a tensão gerada na sociedade moderna, por uma cisão cosmológica, entre o pensamento religioso e o pensamento científico, os quais buscavam de fontes diferentes nutrições de suas crenças: igreja e universidade. (SIQUEIRA, 2013). A partir daí se evidencia uma divisão entre esses dois universos. Uma minoria tem por característica experimentar perseguições, desprezos, o exílio e, principalmente, o não-reconhecimento, fatores que os levam a inovarem e resistirem, como fonte de grande desenvolvimento. Moscovici (2011a, p. 224) ressaltou o paradoxo entre a dificuldade e o esforço que os protestantes tiveram para perpetuar sua marca social no período moderno:

Nos países que os acolhem, anabatistas, huguenotes, quakers difundem com ardor um ensinamento dirigido contra a autoridade do Estado, contra a hierarquia das igrejas e contra a humilhação dos pobres. Mas também lançam nos empreendimentos econômicos, em razão de suas habilidades comerciais e industriais.

Atualmente, segundo o IBGE (2010), a religião cristã corresponde 86,8% da população brasileira, um avanço expressivo dos evangélicos, que já são 22,2% do Brasil¹, porém, ainda se mostra um movimento fragmentado, tendo os evangélicos neopentecostais com a maior expressão no espaço sociopolítico, vindo como um novo protestantismo de massa do mundo contemporâneo por meio de um intelectualismo, que aos poucos consolida seu poder de influência nos meios acadêmicos e políticos. (FREESTON, 1999)

Na presente pesquisa busca-se compreender aspectos das representações de sujeitos pertencentes às esferas: a universitária e a evangélica, as quais constroem suas perspectivas socioculturais em seus espaços, cuja estrutura é preexistente e que exercem influências entre si, por meio da relação com seus interlocutores. (EVANGELISTA e MENANDRO, 2011). Indivíduos apresentam naturalmente comprometimento com os valores do grupo, ao qual pertence, principalmente quando se trata de religiosos. De acordo com Feitosa; Salas; Salazar (2012), o senso de pertencimento a grupos, uma construção de identidade social, além de gerar categorização e nivelamento de ideológico, produz certo nível de conforto durante a interação com os membros.

A pesquisa se justifica pela presença de evangélicos em universidades públicas, que nesse distanciamento do seu espaço de conforto ideológico para um espaço de confronto ideológico, cujos integrantes são relativamente ativos no âmbito sociopolítico, apresentam tensões emocionais e intelectuais. De acordo com Groppo e Borges (2018), há relatos de evasão de uma boa parte de jovens que encontram dificuldades de permanecerem nas universidades. Da mesma forma existem aqueles que, permanecendo, buscam conforto em grupos coletivos.

A universidade tornou-se, em nosso século, espaço de vanguarda do conhecimento independente e libertário, principalmente nas ciências humanas, onde são defendidas pautas progressistas, ou seja, espaço de ideias pluralistas e democrático. A problemática desse trabalho se encontra nos fenômenos gerado pelo encontro desses dois mundos: universidade e evangélicos. De acordo com Groppo e Borges (2018), a universidade no Brasil tem sido ambiente de “diversos sintomas de mal-estar discente”, principalmente entre os jovens universitários evangélicos, por suas representações mais conservadoras, os quais buscam seu bem-estar em grupos privados, como por exemplo, na Aliança Bíblica Universitária (ABU).

¹ AZEVEDO, Reinado. *O IBGE e a religião*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/> Acesso em: 25 de junho de 2019.

Segundo Durkheim (2007, p. 15), “o homem não pode viver em meio às coisas sem formar a respeito delas ideias, de acordo com as quais regulam sua conduta”, é a partir daí que grupos privados criam representações e categorizações a respeito do seu próprio grupo e do outro. Vala afirma que:

(...) os indivíduos constroem representações sobre a própria estrutura social e as clivagens sociais, e é no quadro das categorias oferecidas por essas representações que se autoposicionam e desenvolvem redes de relações, no interior das quais se produzem e transformam as Representações Sociais. Quer dizer, por um lado, as representações sobre a estrutura social, enquanto variável independente suscitam sistemas de categorização ou grupos sociais; mas, por outro, as Representações Sociais, enquanto variável dependente, são construídas no interior dessas categorias ou grupos sociais. (Vala, 1997, p. 381)

Siqueira (2013), apoiando-se nos clássicos, como Durkheim (1858-1917), Marx (1820-1895) e Weber (1864-1920), complementa com a importância da religião como fator de produção de valores, crenças e práticas.

O jovem evangélico ao participar do mundo universitário, traz consigo cargas de representações, valores e normas interiorizadas, das quais não está disposto a renunciar. Segundo Mazzotti (2002), na formação da representação o sujeito constitui e reconstrói o objeto em seu sistema cognitivo, adequando-o em seu sistema de valores éticos e morais, dependendo de contexto social e ideológico, formando uma visão funcional do mundo, definindo significações. Moscovici (2013, p. 216) também enfatiza que Representações Sociais são “sempre dependentes, por conseguinte, de sistemas de crenças ancorados em valores, tradições e imagens do mundo e da existência”.

Desse modo, na presente da pesquisa busca-se apoiar em dois arcabouços teóricos, apresentados como sugestão de utilização, “Representações Sociais” e “Psicologia das Minorias Ativas”, ambas de Serge Moscovici. Nas “Representações Sociais” encontra-se subsídios suficientes para compreender a formação e a estrutura do conhecimento prático e do senso comum (SPINK, 2013). Para Moscovici (2013, p. 46), “as Representações Sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos”.

A Teoria da Psicologia das Minorias Ativas, segundo Rodrigues (2018), é uma teoria que descreve a maneira como grupos, embora minoria quantitativamente, se organizam para a manutenção de sua influência e resistência, buscando conquistas sociais. Moscovici (2011, p. 73) mostra que uma minoria ativa se caracteriza, acima de tudo, no exercício de pressão

para se fazer aceito em seu ponto de vista, assumindo uma postura de, não mais receptor, mas emissor de influência sobre uma maioria quantitativa.

Na pesquisa propõe-se também trabalhar com abordagem estrutural, buscando conhecer as Representações Sociais acerca dos evangélicos, se baseando na Teoria do Núcleo Central (TNC), de Abric, na qual, segundo Mazzotti (2002) se compreende a operação de processos internos das Representações Sociais, que são determinadas pelas lógicas cognitiva e social. Como ferramenta de coleta foi feito uma investigação sociodemográfica para interpretar quem são as pessoas investigadas, o que essas pessoas pensam, quem elas são, o que elas fazem e por que razão fazem o que fazem, conforme o antropólogo Geertz (2008, p. 13 e 14) afirma:

Isso é apenas para demonstrar em que consiste um tipo de interpretação antropológica: traçar a curva de um discurso social: fixá-lo numa forma inspecionável. O etnógrafo “inscreve” o discurso social: ele o anota. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente.

Assim, busca-se investigar as representações que grupos evangélicos e não evangélicos possuem acerca do termo indutor “evangélico”, para analisar o conceito identitário ideológico adquirido pelos grupos (1) evangélicos e (2) não evangélicos. A noção de identidade está sempre ligada ao psicológico e ao sociológico, onde a consciência surge da interação do sujeito pensante e o social atuante. Para Vala (1997, p. 290): “receber uma identidade é um fenômeno que deriva da dialética entre o indivíduo e a sociedade”. Desse modo, busca-se evidências empíricas para a sustentação da hipótese de que, as representações determinam as tensões e resistências entre grupos, cujas ideologias são diferentes.

Portanto, a dissertação está dividida nos seguintes capítulos: o primeiro busca explorar a definição do conceito, processos de formação e funções das Representações Sociais. O segundo apresenta a estrutura da teoria da Psicologia das Minorias Ativas, concluindo com um diálogo hipoteticamente existente entre as duas teorias. Ou seja, após a obtenção do conhecimento das Representações Sociais, segue-se para uma análise da realidade da presença dos evangélicos na universidade, sob o ponto de vista da Psicologia das Minorias Ativas.

Optou-se pelo questionário como instrumento de pesquisa, com perguntas abertas e fechadas, somando-se com a tarefa de evocações livres. A atual pesquisa comparativa entre

evangélicos e não evangélicos se justifica na notória distinção de Representações Sociais existentes entre as partes, construídas em contextos históricos psicossociais particularmente vivenciados.

2. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A teoria das Representações Sociais é a primeira teoria de Serge Moscovici, delimitando novas perspectivas e métodos da Psicologia Social para a compreensão do pensamento social, e tem subsídios suficientes para assimilar pensamentos dos membros do esfera evangélica acerca de si mesmo e dos pensamentos da sociedade secular acerca do movimento gospel. Ter uma compreensão essencial da teoria das Representações Sociais, bem como, seus principais conceitos, contribuirá para uma melhor compreensão.

Aspectos Históricos da Teoria

As Representações Sociais têm um formato sociológico dentro do campo da Psicologia Social, cujo nascimento se deu após a segunda guerra mundial. A compreensão sobre esta teoria teve início na Europa, em 1961, com a obra publicada de Serge Moscovici, intitulada *La psychanalyse: son image et son public* (A psicanálise: sua imagem e seu público), na qual, o autor busca a noção mais profunda sobre a psicanálise, fora das fronteiras fechadas do mundo acadêmico, é ressignificada pelo mundo popular.

A maneira como Moscovici formulou a teoria das Representações Sociais, permite constatar a influência da Sociologia, sobre tudo, a de Durkheim, de tal maneira que, frequentemente sua teoria é identificada como “uma forma sociológica de Psicologia Social”. (GUARESCHI, JOVCHELOVITCH, et al., 2013, p. 29). Isto sucede porque, antes da segunda guerra mundial, havia uma tentativa de distinção entre a Psicologia e a Sociologia, ou seja, independência entre as duas áreas, regra defendida por Durkheim: a primeira tendo como objeto de estudo as representações individuais e a segunda tendo como objeto de estudo as Representações Coletivas. Moscovici procura extrair da Sociologia elementos essenciais para a montagem da teoria das Representações Sociais.

Moscovici obteve a sensibilidade de se inspirar nos fundadores das ciências sociais, em especial Durkheim, para produzir sua teoria. Durkheim, embora procurava evitar envolver o caráter da psicologia com a Sociologia, possuía uma noção de mente social ou consciência coletiva. (ABEL, 1972). Portanto, é a partir dessa noção de Durkheim, que Moscovici (2013, P. 45) desenvolve uma ideia mais complexa: “É obvio que o conceito de Representações Sociais chegou até nós vindo de Durkheim”.

Porém, a complexidade da teoria de Moscovici se dá pelo fato das representações de Durkheim serem coletivas, cujo objeto de estudo era apenas as sociedades, com uma visão irreduzível em sua estrutura social, se preocupando restritamente com sua coesão, unificação

e preservação de qualquer tipo de fragmentação, que ameace o corpo social. Mas para Moscovici, as Representações Sociais da sociedade moderna, sob sua perspectiva, são dinâmicas, por causa das diversas mudanças ocorridas na esfera econômica, política e cultural.

Enquanto Durkheim focaliza as “representações coletivas” como objeto de estudo exclusivamente da Sociologia, correspondente aos fenômenos sociológicos, sob uma ótica estática e abrangente, portanto, apresentando-as “como conhecimento homogêneo e atemporais nas culturas primitivas” (PEREIRA E CAMINO, 2003), Moscovici aproveita as ideias de Durkheim, atualizando o conceito para “Representações Sociais” e busca entender sua construção, seu papel e sua comunicação, entre o coletivo e o indivíduo, isto é, observar os pensamentos do homem sob uma perspectiva coletiva, mas sem perder do foco o indivíduo, apresentando-as como conhecimento heterogêneo. Dessa maneira, a teoria das Representações Sociais é considerada com um formato sociológico da Psicologia Social.

O estudo de Moscovici surge da vida cotidiana da sociedade, cujas relações são dinâmicas, conflituosas e pluralistas. É nesse processo social que a teoria das Representações Sociais encontra nutrientes para o seu desenvolvimento, pelo simples fato de ter “como objetivo abstrair sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepções, que reproduzam o mundo de uma forma significativa”. (MOSCOVICI, 2013, p. 46). As Representações Sociais são conhecidas como referência para a Psicologia Social e outras ciências sociais, por expor o interesse por fenômenos coletivos e as regras que coordenam o pensamento social, a partir do indivíduo.

Definição da Teoria

O indivíduo em sua constituição da sociedade possui elementos próprios, como sua personalidade, ou sistema de crenças e representações, que são estruturas racionais compartilhadas por outros indivíduos, os quais comungam com a mesma dimensão de pensamento, compartilhado por um conjunto de indivíduos. Desse modo, as Representações Sociais consistem em uma construção de noções na memória ou no pensamento. Na concepção clássica, sob a ótica sociológica, as Representações Sociais não passam de pensamento da sociedade, não levando em conta a consciência e a perspectiva do indivíduo:

Ora, descartado o indivíduo, resta apenas a sociedade; é, portanto, na natureza da própria sociedade que se deve buscar a explicação da vida social. Como ela supera infinitamente o indivíduo tanto no tempo como no espaço, concebe-se, com efeito, que seja capaz de impor-lhe as maneiras de agir e de pensar que consagrou por sua autoridade. (DURKHEIM, 2007, p. 104).

Para manter a Sociologia como uma ciência independente, o enfoque de Durkheim não era às leis do pensamento individual, mas às leis que preservam as forças da coesão com que as sociedades se mantêm.

Moscovici, interessado na maneira como o indivíduo constrói sua realidade, inova o conceito das Representações Sociais para um modelo menos primitivo, estático e homogêneo, com mais ênfase no contexto. Para esse novo conceito a realidade não existe, mas é construída socialmente, cujo processo que norteia o comportamento, a cosmovisão do mundo, está debaixo de uma maior complexidade, pois pertence à sua sociedade atual, onde torna possível as coisas não serem estáticas, mas flutuarem:

Elas são as de nossa sociedade atual, de nosso solo político, científico, humano, que nem sempre tem tempo suficiente para se sedimentar completamente para se tornarem tradições imutáveis. E sua importância a crescer, proporção direta com a heterogeneidade e a flutuação dos sistemas unificadores – as ciências, religiões e ideologias oficiais – e com as mudanças que elas devem sofrer para penetrar a vida cotidiana e se tornar parte da realidade comum. (MOSCOVICI, 2013, p. 48).

Com essa nova perspectiva a Psicologia Social das Representações Sociais segue sua construção problematizando as teorias que ignoram a consciência individual no contexto social e estudando leis do pensamento social sem excluir o processo do senso comum no indivíduo. Em Durkheim é notório que o indivíduo faz parte da sociedade, mas em Moscovici, em sua teoria, o indivíduo muda a sociedade. (GUARESCHI, JOVCHELOVITCH, et al., 2013).

Segundo Moscovici (2013) as Representações Sociais são um conjunto de explicações, coerências e ideias no senso comum, no qual a vida cotidiana é dirigida, permitindo por meio da interação social o compartilhamento de conhecimentos entre os indivíduos do grupo. De acordo com Jodelet (2001), por causa da importância na vida social e ao esclarecimento dos processos cognitivos e das interações sociais, a teoria das Representações Sociais tem sido, atualmente, um relevante objeto de estudo da Psicologia Social, cujos pesquisadores, em comum acordo, caracterizam as Representações Sociais como “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. (JODELET, 2001, p. 22). Portanto, o que se entende das Representações Sociais se estabelece numa teoria do pensamento coletivo, sem tirar o foco do indivíduo.

O Processo da Formação

A grande pergunta é como se formam as Representações Sociais e quais são as premissas que nutrem o seu início. Para a filosofia moderna, no que se refere a pensamentos, sob o ponto de vista de Hobbes (2014, p. 25), o pensamento do homem é a representação definida pela qualidade ou quantidade de objetos externos ao homem, cuja origem se dá nas sensações, e “a causa das sensações é o corpo externo ou objeto que age sobre o órgão apropriado a cada sentido”. Em outras palavras, nada existe na mente que não tenha passado pelos nossos sentidos, conforme afirmava Aristóteles (385-323 a.C.). Já Descartes (1596-1650), dialogando com Platão (427-348 a.C.), postula a pré-existência de um “eu pensante”, uma natureza anterior às experiências empíricas, as quais podem fornecer informações falsas, isto é, pelos sentidos:

Logo em seguida, porém, percebi que, enquanto eu queria pensar assim, que tudo era falso, convinha necessariamente que eu, que pensava, fosse alguma coisa. Ao notar que esta verdade ‘penso, logo existo’, era tão sólida e tão correta que todas as mais extravagantes suposições dos cétricos não seriam capazes de abalá-la, joguei que podia acatá-la sem escrúpulos como primeiro princípio da filosofia que eu procurava. (DESCARTES, 2006, 4ª parte, p. 30 e 31)

Ou seja, a filosofia moderna foi marcada pelo embate entre empirismo e racionalismo, sendo o primeiro a crença de que o conhecimento ou formação do pensamento tinha por origem os objetos externos; já o segundo se define na crença de que a razão humana independe das experiências externas. Ainda nessa discussão surge Immanuel Kant (1724-1804), dando base a essas duas realidades, mapeando a distinção entre o conhecimento puro (razão) e o empírico (sensitivo). Kant (1999, p. 53) concordava com os empíricos, pelo fato das impressões dos sentidos provocarem níveis de conhecimento na mente: “que todo nosso conhecimento começa com a experiência, não há dúvidas..., e em parte produzem em si representações...”.

Mas também não se pode descartar as afirmações dos racionalistas, de que há na razão humana pressupostos cognitivos que modelam o modo de percepções, ou seja condições que determinam a concepção: “se há um conhecimento independente de todas as impressões dos sentidos, tais conhecimentos denominam-se *a priori*, diferentes dos empíricos, cujas fontes são *a posteriori*, ou seja, na experiência”.

Segundo Vala (1997, p. 360), são fatores “de duas ordens: processos sociocognitivos e fatores sociais”. Dentro dos fatores sociocognitivos se encontram dois processos: a

ancoragem e a objetivação. O primeiro é o processo que reduz o incomum em algo comum ou familiar, ou seja, é o meio de classificar o desconhecido com uma estrutura já existente na memória coletiva. (WACHELKE E CAMARGO, p. 383). O segundo está ligado à transformação organizada e coerente dos elementos simbólicos em elementos concretos, conforme afirma Moscovici (2013, p. 60): “as coisas que o olho da mente percebe parecem estar diante de nossos olhos físicos e um ente imaginário começa a assumir a realidade de algo visto, algo tangível”.

A segunda ordem na formação das Representações Sociais são os fatores sociais, os quais regulam os processos de ancoragem e objetivação, e que regulam o seu funcionamento. (VALA, 1997, p. 363). Segundo Moscovici (2013, p. 40), “a informação que recebemos, e a qual tentamos dar um significado, está sob seu controle e não possui outro sentido para nós além do que elas dão a ele”. As dimensões da realidade social, as quais favorecem condições para a formação das representações, começam com a dispersão da informação, para prosseguir com a focalização e pressão à inferência. (VASCONCELLOS, 2013, p. 24).

Moscovici também encontrou, naquilo que chamou de “senso comum”, o acesso para as Representações Sociais, por se tratar de pensamento social cotidiano, o qual permite compreender fenômenos do mundo numa linguagem coloquial, mais direta, prática, objetiva e menos científica, diferentemente das compreensões das representações coletivas de Durkheim, as quais seguem o conhecimento cotidiano pelas instituições na linguagem científica: “Isso acaba, de certo modo, por isola-las do fluxo dos intercâmbios sociais e por cortar operações psíquicas sem ser possível observar como elas são formadas e articuladas na vida concreta”. (MOSCOVICI, 2013, p. 200).

Para Moscovici a ciência pode até ter a prerrogativa de reter o conhecimento científico ou reificado em seu meio, onde corresponde a menor porcentagem da população; sendo assim, será um conhecimento que não causará impactos nas práticas da sociedade, ou seja, para causar certas impressões no senso comum da maior porcentagem da população, deverá passar pelo crivo da esfera intermediária, que seria um processo vulgarizador. Segundo Abric (2001, p. 13) “as representações, em efeito, não são exclusivamente cognitivas, mas são também sociais”, isto é, para uma compreensão melhor da sua composição conta com dois componentes. Primeiro é o componente cognitivo, significando que o indivíduo é ativo, ou seja, está sujeito à regras que regem os processos cognitivos. O segundo é componente social, que se justifica na razão dos processos cognitivos serem

também determinados pelas condições sociais, relacionado ao tempo, espaço e circunstâncias.

Nessa relação entre a cognição e o social, Abric (2001, p. 14) apresentou a seguinte definição, na qual as Representações Sociais estão submetidas: “elas estão submetidas a uma lógica dupla: a lógica cognitiva e a lógica social. Podendo ser definidas como construções sociocognitivas, regidas pelas suas próprias regras”. Moscovici via na lógica social a importância da comunicação, com suas operações linguísticas, somando com as operações mentais, isto é, a operação do componente cognitivo do indivíduo, para a formação do senso comum ou conhecimento prático:

Mas, desde seu início, a teoria das Representações Sociais insistiu, com razão, no laço profundo entre a cognição e comunicação, entre operações mentais e operações linguísticas, entre informação e significação. Somente sob essa condição foi capaz de explicar, de maneira correta e simultânea, de modo não redutivo, tanto a formação como a evolução do conhecimento prático e do que é chamado conhecimento popular, bem como sua função. (MOSCOVICI, 2013, p. 220).

Outras observações no que tange a estruturação das Representações Sociais apresentam dimensões, por exemplo, Sá (1996, p.31) ressalta três dimensões que coordenam a configuração: “informação, atitude e campo de representação”. A primeira está relacionada na organização do conhecimento que o grupo, porque toda representação é comunicada, e para isso é necessário organizar de forma lógica a argumentação. A segunda dimensão remete ao posicionamento que o sujeito assume perante o objeto, pois o indivíduo carrega em si pressupostos que influenciam suas leituras. A terceira dimensão se refere a dois lados do campo de representação: (1) todo saber é uma relação entre o sujeito e o objeto; (2) a representação é uma construção e expressão cognitiva do sujeito.

A Teoria do Núcleo Central

A Teoria do Núcleo Central foi proposta por Jean-Claude Abric, no final da década de 1970, em sua tese de doutorado. Não é uma teoria que vem para substituir ou refutar a teoria das Representações Sociais de Moscovici, considerada por muitos como a grande teoria ou a teoria mãe, mas veio para complementar, já que, de acordo com Abric (2001), toda representação se organiza em torno de um núcleo central. Para Sá (1996, p. 52), a Teoria do Núcleo Central “é, de fato, como não poderia deixar de ser, uma teoria menor do que a grande teoria, mas é também uma das maiores contribuições atuais”.

Moscovici (2013, p. 219) ao apontar a Teoria do Núcleo Central, apresentou-a como uma hipótese onde há, em cada representação, elementos ou esquemas cognitivos ordenados, uns centrais ou estáveis e outros periféricos:

A hipótese é que os elementos estáveis exercem uma preeminência sobre o sentido dos elementos periféricos e que os primeiros possuem uma resistência mais forte às pressões da comunicação e da mudança do que os últimos. Somos tentados a dizer que os primeiros expressam a permanência e uniformidade do social, enquanto os últimos expressam sua variabilidade e diversidade.

Portanto, há dois sistemas que constituem a representação, o periférico é o primeiro sistema que desempenha o papel de se organizar em torno do segundo sistema, como uma barreira de proteção, mas é onde, também, se permite haver integrações de experiências particulares, suportando a heterogeneidade. O segundo sistema, denominado núcleo central, onde, de acordo com Sá (1996, p. 71), acolhe os elementos de posições privilegiadas. Assim, pode-se dizer que o núcleo central é o conjunto de elementos estruturantes e significantes, cuja ausência abalaria a estrutura e a significação das Representações Sociais.

O sistema do núcleo central tem determinação essencialmente social, relacionado com as condições históricas, sociológicas e ideológicas. Diretamente associado aos valores e normas, que define os princípios fundamentais ao redor dos quais se constitui a representação. (ABRIC, 2001). Isso se dá pela razão de haver ligação com a memória coletiva, história do grupo, que são nutrientes para a definição da homogeneidade do grupo.

A pergunta que se deve fazer é: será que existe elementos mais importantes numa representação mais importantes? Abric (2001, p. 27) fornece um esclarecimento afirmando que a existência desses dois sistemas facilita o entendimento de que há elementos de representações estáveis e móveis, rígidas e flexivas. As representações estáveis e rígidas são determinadas pelo sistema central, profundamente ancorado por uma série de valores e normas compartilhados pelos membros do grupo, do qual o indivíduo pertence.

Outra vez Abric (2001, p. 20) apresenta o núcleo central como o núcleo estruturante, capaz de realizar duas funções essenciais para a composição da representação social. A primeira é a função geradora, pela qual as significações são criadas e transformadas para a preservação da representação, dando aos elementos um sentido e um valor. A segunda é a função organizadora, pois é o Núcleo Central que estabelece a condição da relação dos elementos da representação, que faz a triagem, estabiliza conflitos e uni as peças para a

clareza da significação. Com efeito, afirma Abric (2001, p. 21), “qualquer modificação no núcleo central ocasionará uma transformação completa da representação”.

Sá (1996, p. 71), ressalta a conclusão de Abric, que, para se ter o conhecimento do objeto da representação, ou seja, o que está sendo representado, é fundamental o levantamento do Núcleo Central. Ou seja, tendo acesso aos elementos do Núcleo Central, se obtém a verdadeira representação que o sujeito está tendo do objeto.

Sua Função

Toda representação exerce seu papel fundamental para finalidades vitais do grupo social. De acordo com Abric (2001), esse papel se estabelece em quatro funções básicas. Em primeiro lugar é a função do saber, pois todos necessitam de compreender a realidade que o cerca. Segundo Moscovici (2013, p. 216) a representação tem o objetivo de “trazer presente as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaça as condições de uma coerência argumentativas”. As informações nutrem o saber, e o saber se torna um dos pilares que sustenta a funcionalidade das representações.

Em segundo lugar é a função identitária. Pois é por meio das Representações Sociais que o indivíduo ou o grupo se situa no campo social, estabelecendo sua identidade na sociedade na qual pertence. Segundo Abric (2001, p. 16), é nessa função que se encontra “o papel importante no controle social”, um processo exercido pelo coletivo sobre os indivíduos de seu grupo, produzindo, assim, a socialização.

Em terceiro lugar é a função da orientação, uma vez que as Representações Sociais configuram a maneira como o sujeito irá se comportar, agir e reagir. Sua maneira como faz a leitura do mundo irá conduzir as formas de comportamentos na vida social. No meio social, o indivíduo se comporta porque compartilha Representações Sociais. As situações são diversas no contexto cotidiano, razão pela qual, segundo Abric (2001), as representações intervêm diretamente, determinando as reações.

E em quarto lugar, a função justificadora é a base onde o sujeito se sustenta para realizar ações e reações adotados pelo grupo ao qual pertence. Por exemplo, muitas ações ou reações policiais são resultados das imagens e representações geradas acerca do objeto abordado, nesse caso, o cidadão de cor de pele negra.

3. A TEORIA DA PSICOLOGIA DAS MINORIAS ATIVAS

Definição

Existe diferença no significado da palavra “minoria” entre o conceito demográfico e o conceito psicológico. Na demografia, o termo “minoria” se limita ao valor quantitativo que não ultrapassa os 50 % de um determinado grupo ou população. Na psicologia, o termo “minoria” está relacionado ao estado menos favorável de poder, onde seu destino e seus direitos dependem de um grupo, cujo estado de poder é privilegiado.

Assim, minorias demográficas podem constituir maiorias psicológicas. É considerado como maior pelo psicólogo social todo grupo humano que se percebe na posse de plenos direitos que dele fazem um grupo autônomo. Por outro lado, um grupo deve ser classificado como minoria psicológica desde que seu destino coletivo dependa da boa vontade de um outro grupo. (MAILHIOT, 1976, p. 30).

Antes de mais nada, a Psicologia das Minorias Ativas já é uma forma de comportamento, “tomada de consciência que se estende às ações”. (HERNANDEZ; ACCORSSI; et al., 2013, p. 386). Ações que se expressam em controvérsias entre variáveis formas de pensamentos, enfraquecendo a opinião dominante, para encontrar caminhos para inovações e transformações das formas de pensamentos. A Psicologia das Minorias Ativas assume o papel de dignificar o pensamento social pela perspectiva das tensões e resistências do diferente e do contraste.

A teoria da Psicologia das Minorias Ativas foi elaborada por Moscovici, em 1961, com o título “Psicologia das Minorias Ativas”. Sua intenção era quebrar os pressupostos que dominavam a Psicologia Social, que se baseavam na força da massa ou maioria sobre o indivíduo ou a minoria, entre as quais se produzia a conformidade e obediência dos grupos e adequação e estabilidade das ideias. Entretanto, na segunda parte da obra, Moscovici eleva o indivíduo a posição de agente de transformações e mudanças, capaz de se organizar em pequenos grupos para defender suas opções e combater as contrárias. Segundo Vala e Monteiro (1997, p. 380), Moscovici, ao reconhecer “o papel ativo dos indivíduos e das redes de interação na criação das Representações Sociais, fica em aberto o problema relativo à conceitualização das Representações Sociais que configuram essas redes”.

Uma Perspectiva Clássica Sobre Influência

Os pressupostos do funcionalismo social possuem aspectos de uma sociedade pragmática, onde cada instituição desempenha seu papel para a performance do corpo social,

como um sistema integrado, cujos atores atuam numa ordem, obedecendo diretrizes impostas e pré-existentes para cada um de si. Para a Sociologia, a sociedade é comparada a um organismo vivo, composta por partes que exercem suas funções direcionadas e específicas para o bem desse organismo. Sob a perspectiva da Psicologia Social, o problema está no fato de o corpo biológico conter órgãos vitais, ou seja, partes mais importantes, denotando a existência de órgãos menos importantes, que dependem dos mais importantes, no qual, para uma sociedade de sujeitos com suas individualidade, isso gera grandes conflitos, conforme afirma Asch (1971, p. 206): “se os indivíduos são os únicos agentes reais, o termo grupo é uma abstração fictícia se por ele se entende qualquer coisa além da referência à soma das reações dos indivíduos, uns diante dos outros”.

Na filosofia social de Aristóteles (1999, p. 147) ao abordar a importância do coletivo sobre o indivíduo, destaca: “A prova de que o estado (coletivo) é uma criação da natureza e tem prioridade sobre o indivíduo é que o indivíduo, quando isolado, não é autossuficiente; no entanto, ele o é como parte relacionada com o conjunto”. A partir do nascimento, o indivíduo é cercado por grupos, ou seja, uma maioria que nasceu antes, exercendo influência sobre o comportamento em grupo, o que é entendido pela Psicologia Social como “conformidade”.

Conformidade, portanto, consiste na minoria como dependente da maioria grupal para fins de sobrevivência, sociabilidade e desenvolvimento. No que se refere ao indivíduo frente à coletividade, de acordo com Asch (1955), a conformação é como uma vida social que requer consenso, na qual o indivíduo se rende aos poderes. Exemplos básicos na vida cotidiana revelam que o comportamento do grupo é contagioso. Se um grupo de pessoas fica parado na cidade olhando para o alto de um edifício, indivíduos param para olhar para cima também. Se um artista de rua colocar dinheiro em sua urna de gorjetas, provocarão que outros doem mais dinheiro. Se um grupo de pessoas começarem a rir no metrô, outros indivíduos começarão a rir, mesmo sem entender. Asch (1955, p. 2) com seus experimentos comprovando o processo da conformidade, expõe:

Não demorou muito para que os pensadores sociais aproveitassem essas descobertas como base para explicar numerosos fenômenos sociais, da propagação de opinião para a formação de multidões e seguidores de líderes. O sociólogo Gabriel Tarde resumiu tudo no aforismo: "O homem social é um sonâmbulo."

Asch (1972, p. 406) constatou em teste da dinâmica do consenso que, “um fato reaparece constantemente nestas observações: quando uma pessoa se vê no meio de um

grupo, não permanece mais indiferente a ele”. Asch concluiu que, depois de diversos estudos e testes, a influência do grupo unânime é muito forte sobre o indivíduo sozinho.

As razões observadas por Myers (2015, p. 515) para a conformidade do homem se estabelecem, primeiro, numa natureza instintiva, na qual há uma tendência de seguir o grupo, como há nos animais, por exemplo, “peixes que nadam em cardumes e pássaros que voam em bandos, humanos seguem seu grupo”. Em segundo lugar, psicólogos sociais chamam de “influência social normativa”, na qual as pessoas cometem ações que os outros cometem, por exemplo, bater palmas, comer, acreditar, etc., porque o ser humano procura aprovação e evita a rejeição social, se tornando mais sensível às normas sociais, regras de conduta, que, segundo Myers (2015, p. 516): “porque o preço pago por ser diferente pode ser muito alto”. A terceira razão apresentada por Myers é a “influência social informativa”, onde a informação que mais causa influência, ou seja, que mais atrai credibilidade, é aquela que está em posse da maioria. Concluiu Myers (2015, p. 516): “Quando aceitamos as opiniões dos outros sobre a realidade, estamos respondendo à influência social informativa”.

Nesse ponto de vista o indivíduo ou subgrupo, como uma minoria, não passa de um receptor de influência, sem ocupar situação alguma de privilégios, sem condições de exercer influência. A referência emissora se limita apenas aos representantes legitimados pela maioria, bem como os líderes, delegados, aqueles que detém e reúnem todos elementos que configuram uma cultura, os únicos autorizados a definir o que é certo e errado, verdadeiro e falso, bom e ruim. Segundo Moscovici (2011, p. 15), nesse contexto psicossocial, o grupo minoritário não tem peso e relevância, cujos componentes são obrigados a não possuírem nada próprio e inovador:

Nessas condições, é evidente que o grupo produz também referências relativas à ordem das informações. Mas é evidente também que os membros do grupo que se forma não possuem nada próprio para produzir, já que não dispõem dos meios que lhes permitiriam conceber alternativas válidas. Daí a convicção tácita de que as opiniões mais correntes e menos extremas da maioria têm um valor positivo, possuem um peso psicológico maior.

Segundo Le Bon (2016), o grupo majoritário pode ser entendido também como a massa, ou a multidão, a qual está provida de uma psicologia dominante e influenciadora, cujas reivindicações são claramente assimétricas com o da minoria, que tendem reduzir qualquer tipo de estímulo contrário ao que está previsto na agenda majoritária. De acordo com Le Bon (2016), na multidão reside uma ação inconsciente, cujo interesse é superar as atividades do consciente dos indivíduos, que desaparece para configurar uma unidade mental,

com características inconscientes, formando a alma coletiva. Ainda, Le Bon (2016) afirma: “A coletividade torna-se então o que, na falta de uma expressão melhor, eu chamaria de uma multidão organizada ou, se preferimos, uma multidão psicológica”. Entretanto, sua análise não se limita apenas na aglomeração de indivíduos para a constituição de uma psicologia da massa, ou seja, “mil indivíduos reunidos ao acaso em uma praça pública sem qualquer objetivo determinado não constituem absolutamente uma multidão psicológica”.

Diante desta força o indivíduo e o grupo minoritário se encontram incapazes de obterem quaisquer opiniões além do que lhes são sugeridas, são impossibilitados de desenvolverem sua individualidade, de buscarem a satisfação de seus impulsos e moções, ou de serem originais, pois estão submetidos a uma psicologia mantida pela maioria, que exerce influências e pressões, por meio de regras, normas e leis, formando um único ser, guiados por uma “unidade mental das multidões”. O poder de influência que vem de cima transforma o ser do indivíduo, tornando-o a peça complementar para o funcionamento do corpo social em que está inserido. Conforme, Le Bon (2016, p. 32) ressalta a transformação da alma do indivíduo no coletivo para uma parte de uma alma coletiva:

Quais quer que sejam os indivíduos que a compõe, por mais semelhantes ou dessemelhantes que possam ser seu tipo de vida, suas ocupações, seu caráter ou sua inteligência, o mero fato de se haverem transformado em multidão dota-os de uma espécie de alma coletiva. Essa alma os faz sentir, pensar, e agir de um modo completamente diferente daquele como sentiria, pensaria e agiria cada um deles isoladamente.

Outra característica da psicologia coletiva é que a pressão social produzida, sendo regida pela massa e refletindo na minoria ou no indivíduo o comportamento conformista e adaptativo é devido à sensibilidade que se tem à opinião do outro, que ajuda na configuração da cultura do grupo específico. Mesmo que haja uma diversidade de comportamento, crenças, hábitos e tradições, entre várias culturas, no entanto, tais culturas possuem um denominador comum para a sua subsistência. De acordo com Rodrigues (1979, p. 467), para que haja a harmonia na vida social de determinado grupo é indispensável o limite de liberdade e a conformidade a normas sociais:

Como seria uma sociedade em que cada um determinasse por si mesmo qual seria a mão de direção das ruas, o horário das aulas que devesse frequentar, o itinerário que seguir os transportes públicos, etc.? Tal tipo de sociedade não teria condições de substituir face à anarquia que necessariamente decorreria deste exagero de liberdade. Faz-se mister, pois, que nos conformemos adaptativamente à sociedade em que vivemos.

Sob a ótica funcionalista em uma perspectiva otimista, a sociedade é tratada como um corpo, cujos elementos convergem num propósito comum, para o funcionamento e a

harmonia, de forma natural, exclui conflitos e divergências, para não comprometer o bem maior que é o corpo. Entretanto, a análise sociológica durkheimiana denuncia que, para além das forças sociais vindas do coletivismo, existe a constituição psicológica no indivíduo, que segundo Abel (1972, p. 86), o mesmo “é dominado por uma realidade moral maior que ele próprio, a saber, a realidade coletiva”. A concepção sociológica durkheimiana também apresenta os indivíduos como minorias submetidos a tais forças, como um “sistema de realidades impostas”, as quais conduzem as ações e reações. De acordo como Durkheim (1951, p. 310 apud Abel, 1972, p. 86):

As tendências coletivas possuem uma existência própria; são forças tão reais quanto as forças cósmicas, embora de outra espécie; elas igualmente afetam o indivíduo desde o exterior, embora por meio de outro canal (...) Mas uma vez que essas forças devem ser de ordem moral e desde que, exceto para os indivíduos, não existe outra ordem moral de existência no mundo a não ser a sociedade, elas têm de ser sociais. Mas, qualquer que seja o nome, o importante é reconhecer sua realidade e concebê-las como totalidade de forças que nos fazem agir a partir de fora...

Portanto, segundo as análises clássicas, ao nascer, cada indivíduo carrega consigo mesmo comportamentos pré-configurados, que refletem seu arcabouço biológico, agindo segundo uma vontade instintiva. No entanto, uma estrutura cultural, um conjunto de crenças, costumes e instituições, já existentes o aguardam para a sua conformação de comportamentos, por meio das relações de interação com outros indivíduos.

As Minorias Ativas

Na perspectiva psicossociológica, sob o ponto de vista de Moscovici, não se pode rejeitar o fato de que esse indivíduo ou um subgrupo é um sujeito ativo, que não são receptores automáticos do processo da narrativa cultural. Os sujeitos obtêm a capacidade de tomar novas posições, interpretações e decisões em seus espaços, tempos e circunstâncias. “Os sujeitos também criam regras e instituições por meio de atividades coletivas”. (STREY, 2013, p. 59).

Ao testificar a força e o poder da massa por meio de sua influência social, segue-se outra verdade que, não se deve minimizar ou desconsiderar a força e o poder do indivíduo. Podemos verificar uma bifurcação psicossocial, de um lado, uma psicologia das massas exercendo um controle social; do outro, uma psicologia cognitiva, buscando exercer um controle pessoal, se contrapondo à pressões ou a tudo aquilo que se opõe a sua liberdade. De acordo com Strey et al (2013, p. 63), “apesar de o indivíduo ser concebido como um produto

da história e da cultura, é também um ser intencional e criativo, em constante transformação, e que, coletivamente, pode mudar o próprio processo cultural que o constitui”.

As principais questões da teoria da Psicologia das Minorias Ativas são levantadas por Moscovici (2011, p. 73 e 75) não somente para problematizar a perspectiva clássica, mas para desenvolver a própria teoria, que são: Como a minoria é capaz de exercer influência? Em que condição a influência assumirá a forma de inovação? Quais são as qualidades que, no indivíduo, facilitam a mudança no grupo ou sociedade? A ideia principal é entender a minoria como um agente social, capaz de exercer influência (MOSCOVICI, 2011, p. 75). Para isso, Moscovici se esforça para responder estas problemática, na segunda parte de seu livro, apresentando seis proposições, pelas quais desenvolve sua teoria:

Cada membro, independentemente de sua posição, é uma fonte e um receptor potencial de influência:

Por causa da força do constrangimento exercida pela massa, segundo Le Bon (2016, p. 34), os valores e as aptidões intelectuais e individuais são consumidos pela força dominante, ou seja, o consciente individual sendo dominado pelo inconsciente coletivo. Entretanto, Moscovici (2011, p. 100) observou que toda sociedade não é puramente homogênea, nem todos que a compõe repartem dos mesmos anseios, dos mesmos ideais e representações, isto é, a sociedade é constituída por indivíduos ou subgrupos diversos e plurais.

Assim, é a partir daí que revela os dois pontos cruciais da mudança ou inovação, onde indivíduos ou subgrupos não atuam mais somente como receptores, mas atuam também como emissores de influência e criadores em potência de normas, gerando impactos na opinião do grupo. Segundo Moscovici (2011, p. 74), a relação de influência não pode ser assimétrica, ou seja, uma disposição apenas de um lado, mas deve haver uma reciprocidade a partir de duas direções, da maioria no tocante a minoria e minoria no tocante a minoria. Ambas podem exercer e sofrer pressões sobre a outra: “Assim como uma maioria que tenta impor suas normas e seu ponto de vista a uma minoria, ao mesmo tempo, a pressão que exerce esta minoria para se fazer compreender e para fazer aceitar suas normas e seu ponto de vista”.

Portanto, o fenômeno da influência ocorre por dois dispositivos, um é o emissor de influência e outro é o receptor. Por muito tempo, permeou na Psicologia Social clássica o

paradigma que, a influência é um poder exclusivo da massa, de uma maioria ativa, sempre considerada a emissora da preponderância, restando para a parte minoritária apenas a conformação e a obediência. Moscovici (2011, p. 73) aponta uma inovação na percepção clássica, suscitando uma perspectiva contrária, onde a minoria não somente receptora, mas pode exercer impactos na opinião do grupo, ou seja, minoria, indivíduo e subgrupo podem ser vistos também como emissores de influência.

Desse modo, questiona-se: a partir de onde que a minoria se torna um emissor de influência? A sociedade, sob a perspectiva de uma psicologia da influência, tem indicado o dualismo entre: transmissor e receptor; maioria e minoria; grupos e subgrupos; massa e indivíduos, que devido aos valores da pluralidade, liberdade e individualidade, um ou outro busca exercer força de impacto sobre o outro. Todo o dinamismo da sociedade, gira em torno de um objeto de influência, com ações que, segundo Moscovici (2011, p. 75), são divididas em quatro categorias: permitir e proibir, incluir e excluir. Essas quatro categorias dividem o grupo em dois subgrupos: os que são acessíveis e os que são contrários. Deste ponto, surge então o conflito, a base da inovação e mudança, onde a minoria deixa de ser receptora e torna-se emissor de influência:

Assim, a minoria que representa a opinião e o comportamento reprimido ou recusado, revela em público o que ocorreu em privado; a minoria exerce sempre certo influxo sobre a maioria e pode incitar à modificação do seu comportamento ou sua atitude. (MOSCOVICI, 2011, p. 75).

Mas o que faz um indivíduo ou subgrupo ter uma predisposição ao conflito, a ponto de sair do conforto de ser igual a todos e correr riscos de não ser aceito? Moscovici reconhece os estudos de Stanley Milgram (1974), que revelam a tendência que o ser humano tem à obediência à autoridade, por uma série de motivos e um dos quais é: o ser humano não deseja ser rejeitado nas instituições de prestígios; para isso não rejeita a obediência às autoridades legítimas. Entretanto, Moscovici (2011, p. 79) não deixou de observar que existe um outro grupo que, por causa de seus valores e ideais preferem se desviarem e se privarem em grupos menores que comungam dos mesmos valores e ideias.

Além das contradições entre os valores e o que está sendo exigido, outro fator que fortalece o conflito e o desvio, é a existência de caminhos ou alternativas que, ao mesmo tempo contrariam as normas, mas estão de acordo com suas crenças. Prossegue Moscovici (2011, p. 81):

O desvio implica, de um lado, para um indivíduo ou grupo, uma carência de meios de psicológicos ou sociais que permitem perceber ou reconhecer a norma ou a resposta dominante e, de outro, uma rejeição da norma ou da

resposta dominante em razão da existência de uma alternativa, de contra normas ou contrarrespostas que correspondem às necessidades ou realidade fáticas dos indivíduos ou dos grupos que as adotam.

Antes da conclusão dessa primeira proposição, é importante frisar que Moscovici (2011, p. 81) dividiu o grupo das minorias em dois: as minorias anômicas e as minorias nômicas para compreender o processo de conflito e inovação. O primeiro envolve “ao grupo que não possui normas”. O segundo envolve aqueles que “adotam uma posição diferente, por contraste ou por oposição ao sistema social”. No mesmo sentido, Monteiro e Almeida (2007), abordam que:

As minorias anômicas, que se constituem de indivíduos ou subgrupos definidos por estarem à margem da norma social e não possuem um projeto e respostas próprias; as minorias nômicas ou ativas, que adotam uma posição distinta por contraste ou oposição ao sistema social mais amplo, possuem um projeto e respostas próprias frente as normas sociais.

As minorias ativas, possuem a melhor chance de provocar inovações e mudanças de opiniões no grupo, sendo, assim, emissora de influência.

A mudança social constitui um objeto da influência:

Neste tópico Moscovici deixa bem claro que, apesar de haver uma complementação entre os grupos, existe um constante conflito entre o controle social e a mudança social, ou seja, “é evidente que a tendência ao controle social e a tendência à mudança social não atuam no mesmo sentido”. (MOSCOVICI, 2011, p. 101). As duas forças visam o comportamento do indivíduo. O controle social por meio de suas práticas luta para a constância do comportamento e para isentar as interações entre os grupos de conflitos, monitorando o indivíduo, pois, o mesmo sempre foi considerado um desviante em potencial.

A mudança social também tem como objeto de influência o indivíduo e seu comportamento seguindo um sentido inverso: a inovação das ideias, o conflito de opiniões e a originalidade, que são considerados[superiores, valorizando “o prestígio conferido ao êxito na inovação, incita-se o indivíduo a fugir das ideias recebidas e buscar novos estímulos e novas perspectivas”. (MOSCOVICI, 2011, p. 101).

Está claro que, para as forças ambíguas, isto é, o controle social e a mudança social, não existe a possibilidade de negligenciar o poder do indivíduo. O mesmo encontra-se no centro do alvo. Como ressaltou Elias (1994, p. 56): “toda sociedade humana consiste em indivíduos distintos e todo indivíduo humano só se humaniza ao aprender a agir, falar e sentir no convívio com outros indivíduos”.

Os processos de influência estão diretamente vinculados à produção e reabsorção de conflitos:

A influência proporcionada pelos meios de comunicação é exemplo de um tipo de força que procura evitar tensões e desequilíbrio, para penetrar de forma suave nas razões das pessoas a ideia, de modo que, as mesma convicções e crenças desejadas estejam alinhadas. Porém, segundo Moscovici (2011, p. 105), “quando a influência é exercida no sentido da mudança, o desacordo é inevitável”. A partir daí, se percebe as tensões devido ao estado de ameaça e angústia.

Quando uma autoridade, seja um professor ou um sacerdote, ou até mesmo o grupo que possui uma posição de privilégios de poder, sofre o desacordo de um subgrupo, observa-se reações de tensões emocionais, pois suas intenções são ameaçadas. Moscovici (2011, p. 105) apresenta uma observação levantada em um teste:

Burdick e Burnes (1958) levaram a cabo um estudo análogo. Propuseram aos adolescentes dois temas que deveriam preparar para debatê-los com o professor: “a vida depois da morte” e “O serviço militar”. No decorrer de uma discussão, o professor se mostrava firmemente com consciência sobre um tema, mas estava também com consistência, em desacordo total sobre outro. Observou-se uma reação psicofisiológica mais pronunciada quando o sujeito enfrentava uma contradição.

Segundo os estudos de Nemeth (2010) mostra que culturas corporativas entendem o risco que há no conflito de ideias, para que não haja dissidências no grupo. Algumas empresas buscam inovações; no entanto, ideias novas que não quebrem a coesão, harmonia e alinhamento da visão da empresa. Isto é, inovações dentro dos limites da visão da organização. Ao mesmo tempo, buscam recompensar a lealdade, para asfixiar ideias conflituosas, que enfraquecem a influência do grupo. Portanto o papel do debate e do conflito é muito produtivo no processo de influência.

O principal fator de êxito da influência do indivíduo ou subgrupo é o estilo de comportamento:

O fenômeno da influência está estritamente relacionado à transformação de comportamentos do grupo receptor. O estilo de comportamento do grupo ou de cada indivíduo emissor “é crucial para o processo do comportamento”. (MOSCOVICI, 2011, p. 116). Segundo Moscovici, quando o comportamento do subgrupo é intencional, repetitivo e intenso, refletem para o grupo receptor uma certeza, o que se torna muito positivo para o processo da influência.

Moscovici (2011, p. 119) apresenta cinco estilos de comportamentos essenciais para a mudança ou a inovação na interação social: o esforço, a autonomia, a consistência, a rigidez e a equidade.

Esforço:

Ações de esforço, que evidencia um comprometimento de livre escolha, cujo fim é desejado e valorizado pelo subgrupo emissor, tem o poder de provocar transformações de comportamentos.

Autonomia:

Esse é um valor que suscita reações positivas pelos seguintes fatores. Primeiro, toda ação determinada e independente, cria a sensação de capacidade. E segundo, a autonomia pode gerar influência nas decisões do grupo receptor a favor do grupo emissor ou gerar independência entre os membros do grupo. Em ambas acontece a influência.

Dentro da autonomia, a influência se torna mais forte quando a posição do indivíduo não busca seus interesses pessoais. Moscovici (2011, p. 126) testifica isto por meio de resultados de testes: “Quando os dois indivíduos sustentavam pontos de vistas opostos aos seus próprios interesses, exerciam uma maior influência”.

Consistência:

Para Moscovici a consistência envolve comportamentos que possam expressar certezas, onde a fonte de influência seja altamente comprometida com os argumentos, conduzindo o receptor de influência com plena independência. Significa que uma opinião conduzida com uma firme convicção, sem variações de argumentos, mas contínuos na linha do raciocínio, fragiliza o outro lado, permitindo o domínio no processo de influência. “De outra parte, um indivíduo que desempenha um comportamento consistente não só parece muito seguro de si mesmo, senão que garante também que um acordo com ele levará a um consenso sólido e duradouro”. (MOSCOVICI, 2011, p.130).

Do mesmo modo, temos, dentro da perspectiva da Psicologia das Minorias Ativas, a hipótese da reatância, a qual analisa as tensões entre a liberdade e o controle. No caso, a liberdade dos indivíduos ou pequenos grupos e o controle do coletivo ou da grande massa. Segundo a teoria, o que Moscovici via como estado de conflito e consistência, a reatância é o estado motivacional, ou seja, um comportamento movido por uma causa, que se inicia quando a liberdade do indivíduo ou do subgrupo é eliminada ou ameaçada de eliminação,

fazendo com que obtenham uma força contrária, afim de produzir reações ou reafirmações para a recuperação da liberdade perdida ou para defesa para a liberdade ameaçada. (BREHM; BREHM, 1981, p. 37 e 38).

Porém, Vala (1997, p. 243) observou que a qualidade da consistência não se baseia na repetição de respostas, mas nas respostas diversificadas em torno do objeto discutido, pois apresenta mais capacidade crítica: “Portanto, uma minoria não deve a sua eficiência à sua capacidade do conflito nem à sua capacidade de compromisso, mas à habilidade que tiver de induzir a percepção da sua consistência”.

Rigidez:

Segundo Moscovici (2011, p. 136), rigidez “pode atribuir-se, às vezes, à incapacidade de um indivíduo, ou de um grupo, para avaliar certos aspectos da realidade, ou para abandonar os pontos de vista limitados que se impôs”. Pode significar também uma resposta que não haverá qualquer concessão ou comum acordo.

Mas, a postura inflexível é mais que uma capacidade cognitiva de recusar qualquer proposta contrária, mas pode ser também a incapacidade de percepção de equívocos, ou seja, como afirmou Moscovici, uma incapacidade para avaliar aspectos da realidade. Isso pode desencadear processos de discriminação social nas relações intergrupais, por meio da categorização, isto é, juízos de si e do outro. Segundo Vala (1997, p. 293):

Os estereótipos sociais constituem, nesta perspectiva, formas específicas de organização subjetiva da realidade social, reguladas por mecanismos sociocognitivos, que permitem compreender a sua incidência e resistência nas interações sociais, ao contrário das explicações que as associam a desvios individuais, como a falta de informação e a rigidez do pensamento.

Vala (1997, p. 293), demonstra que pesquisas mostram que a categorização, um processo que avalia positivamente o lado pertencente e negativamente o lado do outro, provoca diferenciação, que pode se caracterizar em discriminação intergrupar, em detrimento de um “comportamento de favoritismo pelo grupo de pertença” e rejeição do outro grupo. Moscovici (2011, p. 138) complementa que uma rigidez de um lado provoca rigidez do outro: “Podemos concluir que haverá menos possibilidade de que uma maioria aceite as concepções de uma minoria se sua interação é percebida de modo dogmático, situação em que o comportamento constante da minoria se considerará mais rígido”.

Equidade:

Todo grupo que busca relevância no processo de influência, para provocar mudança no outro, deve levar em conta que a rigidez é uma resposta natural contra toda força contrária. Entretanto, deve-se levar em conta também o prejuízo, por cauterizar a capacidade de compreender o outro lado, não tendo a humildade de aprender com o outro ponto de vista. Tal comportamento para Moscovici (2011, p. 148), “pode parecer obstinado e distante da realidade”.

Mas existe um outro comportamento que tempera, traz equilíbrio sobre a rigidez, que Moscovici chama de “equidade”. Por duas razões:

A primeira é que este estilo apresenta certa solidez, certo caráter relevante que permite ver com facilidade a posição do agente individual ou coletivo no campo da ação social. Partindo desse ponto de vista, este estilo se aproxima da consistência e é interpretado como tal. A segunda razão é que o estilo de equidade expressa a preocupação de levar em conta a postura dos outros. Na interação com os demais, produz o efeito de um desejo de reciprocidade e de interdependência, de uma vontade de estabelecer um diálogo autêntico. (MOSCOVICI, 2011, p. 148).

No comportamento de equidade se expressa a preocupação com o que é justo, com o direito do outro, eliminando o egoísmo e a injustiça nas relações. Mas será que existe um estilo de comportamento melhor que o outro, mais eficaz que o outro, ou infalível na produção da influência? Segundo Moscovici (2011, p. 160) “não existe uma última arma nem um método infalível de influência. Tudo depende das circunstâncias, dos estados internos da minoria ou da maioria e de suas relações com o meio social”. A influência depende da habilidade do agente em saber interpretar as circunstâncias.

As normas de objetividade, normas de preferência e normas de originalidade determinam o processo de influência:

A uniformidade das opiniões é resultado do esforço do agente emissor que busca sua importância social, ratificando suas opiniões e juízos, provando estar certo e exato para que, assim reafirme sua própria identidade ou seja aprovada sua própria individualidade. Porém, esse anseio só será possível por meio da implantação de regras e normas. Segundo Moscovici (2011, p. 162 e 163):

O que nós consideramos verdade deve ser assumido como verdade pelos demais; queremos que os demais gostem do que gostamos. Estas duas funções do consenso entram no processo de influência, mas são as normas sociais que determinam a função que domina e, portanto, modela as interações sociais e os intercâmbios de influência.

Afinal, toda sociedade tem uma identidade, que se justifica em seu modo de organização. Esse modo de organização contará com as normas e regras. Rodrigues (1979, p. 467) ressalta: “como seria uma sociedade em que cada um determinasse por si mesmo qual seria a mão de direção das ruas, o horário das aulas que devesse frequentar, o itinerário que devesse seguir os transportes públicos etc.?”. Certamente fica óbvio que instauraria um caos entre as relações internas desse grupo. Já Asch (1972, p. 298) afirma que não é difícil entender a necessidade das normas sociais, considerando os indivíduos, cada um como “uma fonte de energias intensas e diversificadas”. Isto é, a presença dos indivíduos no mesmo ambiente exige definições para suas ações e relações, para que se evite os conflitos.

No caso da norma, ela se estabelece na expectativa da fidelidade dos membros de determinado grupo para o nivelamento do conformismo. Segundo Vala (1997, p. 226), observando os estudos de Asch (1951), o conformismo começa a reduzir com as divergências de sujeitos críticos. Mas para isso acontecer, eles precisam passar por cima das normas, tornando-se infiéis.

Contudo, as normas não podem ser rigidamente cegas, sem lógica e sem razão, para isso, Moscovici (2011, p. 163) mostrou que as normas apresentam três características distintas que determinam o processo de influência:

Normas de objetividade:

Envolve normas que devem ser objetivas e exatas, da maneira que busque um alinhamento universal ou o ajuste da realidade pública, ou seja, tornar o que é justo para todos, se centrando no objetivo. O sujeito que não se enquadrar na realidade pública, ou seja, sua opinião diverge com o demais, ele está fora da realidade.

Normas de preferência:

Mas, para que não haja falta de equidade, nas relações deverá haver também espaços para as opiniões individuais ou para as realidades privadas. A norma de preferência se justifica nos casos de divergências, que resultam de experiências particulares, de cultura e história do indivíduo, que faz dele alguém com direitos individuais. Isso deve ser levado em conta, por exemplo, o direito de votar em seu candidato, que não é o candidato do outro.

Normas de originalidade:

A norma de originalidade é a busca de conciliar as duas realidades, a realidade pública e a realidade privada, “cada membro do grupo é obrigado a assumir uma posição”. (MOSCOVICI, 2011, p. 164). É a que permite que cada realidade privada se transforme em realidade pública, proporcionando mudanças dos outros, inovação. Havendo esse elo entre o juízo da objetividade e de preferência, a influência do grupo transcorre de forma suave, por causa da inclinação da consistência do grupo a ser influenciado, como Moscovici (2011, p. 167) afirmou após alguns testes: “quando o grupo reconheceu o critério da ‘novidade’, a consistência do comportamento exigida na resposta não é tão grande como se exigiria se prevalecesse a norma da objetividade”. Com isso o indivíduo, com respostas novas e distintas, se torna mais original, ou seja, mais propenso a influenciar os demais.

As modalidades de influência incluem, além da conformidade, a normatização e a inovação:

Na conformidade existe um acordo social, entre a maioria e a norma. Esse acordo envolve, segundo Asch (1972, p. 391 e 392), submissão. Poucos estão dispostos a serem leais à sua própria percepção ao ponto de não se submeterem à opinião da maioria: “o indivíduo nada tem a ganhar agindo de uma forma ou de outra”. A influência da maioria conta com a definição da conformação do comportamento de cada indivíduo, por meio de normas, com o objetivo de enfraquecer as percepções e julgamentos individuais.

A função da conformidade é eliminar o desvio que ameaça de modo permanente a integridade de toda entidade social. Esta função de conformidade intervém plenamente e com êxito quando: a) a maioria do grupo está em total acordo sobre as atitudes e os juízos, quer dizer, quando existe um conjunto preciso e bem definido de respostas, de normas etc.; b) a pressão social se exerce sobre um indivíduo ou subgrupo que está fechado na cultura do grupo ou que não dispõe de uma cultura, de um conjunto articulado de respostas, de normas etc., de substituição, de meios para impô-los. (MOSCOVICI, 2011, p. 178).

O comportamento consensual define a maioria, onde os indivíduos que compõe essa massa se dispõem em cumprir normas para a manutenção do grupo. Para Asch (1955) uma sociedade complexa não sobreviveria sem a condição do consenso, o que faz que cada um contribua com sua parte, e acrescenta como o processo de influência é protegido: “quando o consenso é produzido por conformidade, o processo é protegido”.

Segundo Moscovici (2011, p. 180 e 182), “quando nos grupos a influência recíproca move seus membros a formular ou aceitar compromissos, falamos de normatização”. A

consolidação do processo de influência se dá com o nivelamento dos juízos e opiniões e com o máximo de desaparecimento de divergências entre os sujeitos do grupo, ao ponto dessa interação se tornar uma normatização. A normatização evita o conflito dentro do grupo, para que o adversário social não seja favorecido, de modo que, “o processo consiste basicamente em suprimir as diferenças e aceitar o mínimo denominador comum”.

A inovação é a intervenção das transformações do comportamento do grupo. Existe dois aspectos de inovação, a de cima para baixo e a de baixo para cima. A primeira compreende a força vinda de uma liderança, ou seja, sujeitos revestidos de autoridade, com certo poder de influência sobre os indivíduos. A segunda compreende as mudanças de comportamento proporcionadas por subgrupos ou indivíduos que não possuem uma posição social privilegiada, vista pela maioria como uma minoria. Lembrando que dentro dos grupos minoritários existem duas características de minorias, a minoria anômica e a minoria nômica. A primeira é aquele grupo que ainda não deseja se expor, prefere ainda ficar à margem da sociedade. A segunda, por obter respostas bem definidas e consistentes, preferem se manifestar.

Segundo Nemeth (2010, p. 11), existe uma inovação dentro da minoria que tem uma natureza privada e latente, porque sempre começa no setor privado de uma sociedade e nunca no setor público, e de forma “latente”, a influência é disseminada entre as pessoas pertencentes a esse grupo, que, por opção, não querem que suas opiniões venham ao público, por receio da rejeição e ridicularização.

Segundo Moscovici (2011, p. 183 e 184), umas das implicações psicológicas para a geração de novas atitudes do grupo, está firmado na evitação de conflitos com os juízos ou opiniões dos outros, porque ninguém quer ser diferente. Por causa do sentimento ainda prematuro, pois suas respostas que são diferentes, precisam ser coerentes, solúveis, positivas e consistente: “por estas razões, uma minoria segura e consistente canaliza as respostas da maioria e deixa sua marca sobre a norma comum”.

Entretanto, existe aquele grupo que prefere aceitar o desafio e o conflito, atuando de uma forma mais notória e consistente, com o objetivo de não deixar dúvidas acerca de suas ideias para transformação do meio. Essa posição, da minoria, traz impactos negativos na pressão social da maioria, por certas maneiras:

(...) essa minoria cria dúvida sobre a certeza do julgamento da maioria, apresentando um modelo diferente para realizar os mesmos objetivos e explicar os mesmos fenômenos. Esta substituição da uniformidade pela

diversidade aumenta a incerteza do grupo de duas maneiras. Em primeiro lugar, afeta a consistência da pressão social sobre cada membro do sistema social e constitui uma ameaça dirigida contra o consenso social unânime. (...) Em segundo lugar, a introdução de dimensões completamente novas, ou rearranjos de antigas dimensões, e a criação de diferenças ou de contrastes onde antes não os havia, provocam uma perturbação da consistência interna (intraindividual). (MOSCOVICI, 2011, p. 186)

Moscovici conclui que uma das principais motivações que impulsionam a minoria a querer assumir riscos de rejeições e desafios de enfrentar a força da massa é a necessidade de ser percebido como um ser existente. E como Descartes (1596-1650), que acreditava que o existir está estritamente ligado ao pensar, os indivíduos dos subgrupos desejam ser reconhecidos como seres pensantes. Segundo Moscovici (2011, p. 220), “todos desejam e esperam ver reconhecidos sua existência e seus méritos”.

A Relação Entre A Teoria Das Representações Sociais E Psicologia das Minorias Ativas

Moscovici (2013, p. 352) foi questionado sobre a relação entre as suas duas teorias: Representações Sociais e Psicologia das Minorias Ativas. Sua resposta foi positiva, afirmando que, a relação está no fato de que, a teoria das Representações Sociais busca compreender o teor do conhecimento do senso comum e “os modos como se expressa na linguagem e comunicação. E a teoria da inovação ou Psicologia das Minorias Ativas busca compreender a difusão e a transformação do conhecimento no senso comum de pequenos grupos.

A resistência é uma das características das minorias ativas, as quais trabalham para a blindagem de suas representações. Ao ponto de não mais serem alvo de influência, mas emissor de transformações. Para Bauer (2013, p. 183), a resistência é um fator primordial para manter a heterogeneidade das significações, não deixando penetrar inovações que ameassem as suas. Sendo assim, Bauer conclui que esse formato de representações “podem ser consideradas como a ação de um sistema imunológico cultural: novas ideias são assimiladas às já existentes, que neutralizam a ameaça que elas apresentam e tanto a nova ideia, como o sistema que a hospeda, sofrem modificações nesse processo”. Portanto, a psicologia das minorias ativas não deixa de ser um tipo de Representações Sociais.

4. EVANGÉLICOS NAS UNIVERSIDADES

Pretende-se aqui apresentar um breve contexto histórico e psicossocial de evangélicos que ingressam em universidades, com o intuito de buscar o desenvolvimento intelectual e profissional. Além disso, apresentar alguns aspectos dessa introdução e integração de evangélicos no universo acadêmico, analisando as Representações Sociais que envolvem tanto evangélicos, como não evangélicos e destacando características comportamentais de pertencentes a uma minoria psicológica e atuando tanto quanto as minorias ativas.

Contexto Histórico e Geográfico

Evangélicos se identificam historicamente como protestantes, conceito que remete a ideia de suas práticas no século XVI, isto é, protestos contra práticas da Igreja Católica. Conforme Léonard (1981, p. 106), o protestantismo no Brasil é um movimento muito jovem, diferente protestantismo da Europa e dos Estados Unidos, que é três séculos mais antigo. Outro destaque é a dificuldade que tiveram que enfrentar, isto é, a força do catolicismo no Brasil monárquico. Entretanto, Kitagawa (2013) destaca o contexto religioso e sociológico do Brasil daquela época, no qual, devido à independência, sofria a “deterioração da influência política do catolicismo institucional” e o “enfraquecimento da religiosidade canônica e normativa”, favorecendo a infiltração e a disseminação da mensagem evangélica protestante.

Até o final do século XX, o protestantismo já apresentava um desenvolvimento acelerado, aceito por aproximadamente 15% da nação brasileira. É importante destacar que esse crescimento já não contava com as igrejas oriundas dos Estados Unidos e Europa, mas por denominações brasileiras, compostas por sujeitos da camada mais pobre e de menor escolaridade e, geralmente, conhecidos como pentecostais e neopentecostais. (FRESTON, 1999). Atualmente, segundo o IBGE, o volume de evangélicos compõe quase 50% dos brasileiros.

Segundo Freston (1999), os evangélicos demonstraram sua força não só no crescimento demográfico, mas também na infiltração e atuação da vida pública, obtendo representação na política, causando certas preocupações para muitos que temem o

desequilíbrio do estado democrático e o desajuste da realidade pluralista. Segundo o último senso do IBGE, em 2010, os evangélicos já atingiam quase 25% da população brasileira².

Tabela 1 – População brasileira e evangélicos brasileiros

Dados do senso	Total Populacional	Percentual Populacional
População Brasileira	190.755.799	100%
Evangélicos no Brasil	42.275.440	22.1620%
População no Rio de Janeiro	15.989.929	100%
Evangélicos no Rio de Janeiro	4.696.906	29.3741

Fonte: IBGE/Censo 2010

Segundo Bohn (2004), três realidades devem ser levado em conta, a primeira é o crescimento espantoso já demonstrado desde 2000, isto é, dos cerca dos 170 milhões dos brasileiros, cerca de 26 milhões afirmavam ser evangélicos; a segunda é o crescimento dos mesmo na esfera política, tanto no poder legislativo como no executivo; e a terceira é que esse crescimento teve maior expressão entre os da ala pentecostal, cuja característica econômica é de baixa renda somando com a escolaridade baixa. Segundo o DATAFOLHA (2016) apenas 15% dos evangélicos possuem ensino superior, sendo que, cerca dos 75% dos evangélicos são pentecostais.

Na política os evangélicos não se mostram de forma homogênea, mas segundo Machado (2015), desde 1986 a banca evangélica surge de forma sólida e permanentemente conservadora, com uma demanda política reivindicadora dos valores morais e éticos judaico-cristãos. De acordo com Pierucci (1989), o que tem chamado a atenção são as ações desses evangélicos em fomentar a política para um conservadorismo cristão, caracterizando uma nova direta.

² Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/137#resultado>, acesso em 12/07/2019.

Gráfico 1 – Escolaridade dos Brasileiros em 2016 - DATAFOLHA

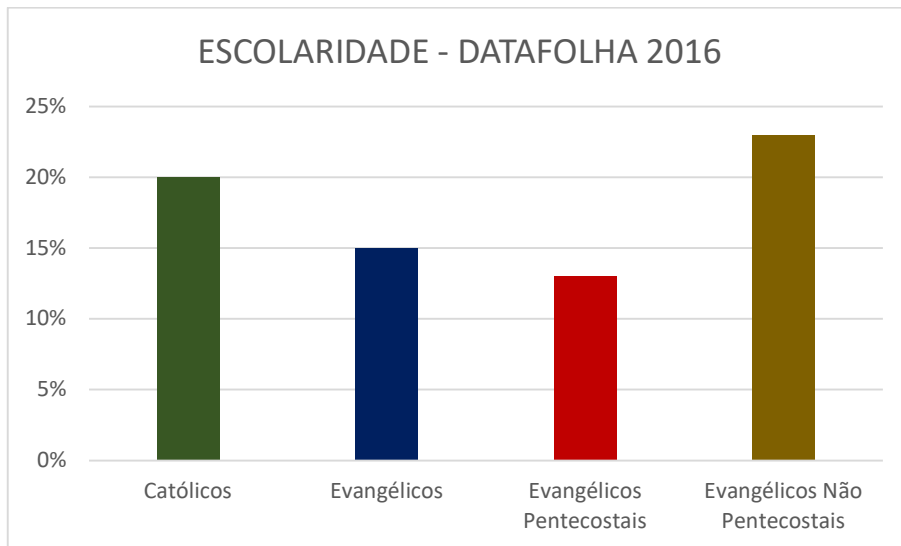
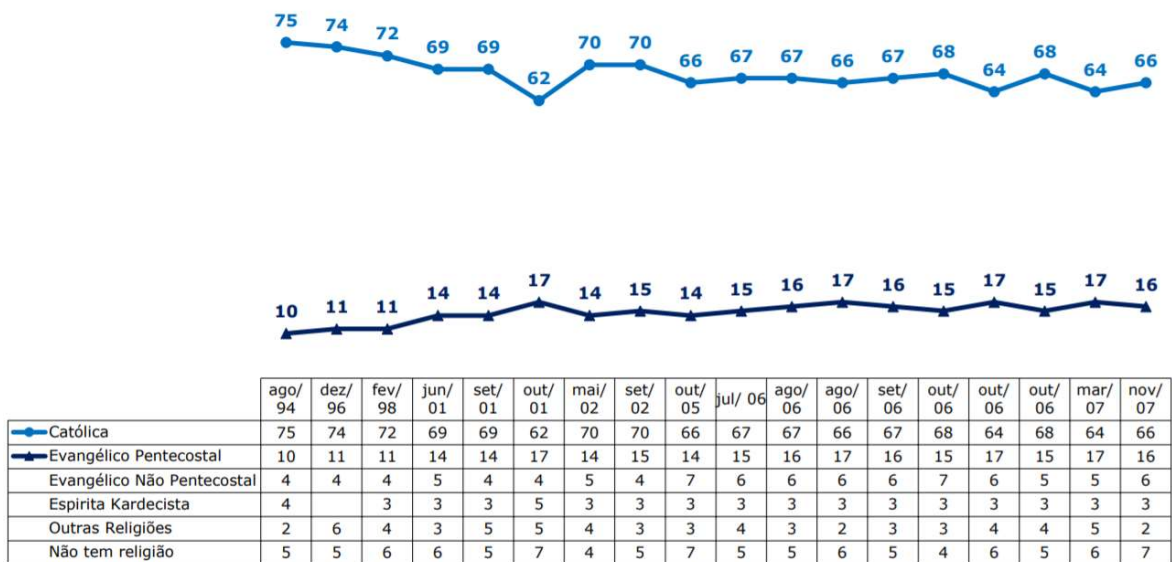


Gráfico 2 – Evolução da Religião Evangélica de 1994 a 2017 - DATAFOLHA



Contexto Psicossocial

A religião sempre teve seu papel fundamento para a construção da sociedade e principalmente na regulação de comportamento de indivíduos. Para Durkheim (1989), as crenças e seus rituais determinam a cultura da regulação e reparo das relações interpessoais. Os sujeitos de uma sociedade submetem suas práticas e comportamentos sob suas crenças (fé) e valores, a maioria recebidos pela religião. O cristianismo é uma religião de manutenção de crenças (fé), isto é, a consolidação de uma forma de pensamento. Os ensinamentos do apóstolo Paulo são fundamentais na construção da fé cristã no indivíduo e apresentam instruções, como: “a fé vem pelo ouvir a palavra de Deus” (Romanos 10:17; “pensai nas que estão no alto” (Colossenses 3:2); “transformai-vos pela renovação da vossa mente” (Romanos 12:2); “o justo vive pela fé” (Romanos 1:17), os quais indicam a lógica de uma máxima filosófica “tudo começa na mente”. “A religião é um conjunto de representações e práticas” (MOSCOVICI, 2011a, p. 54).

Para Broocks (2014, p. 45), “fé envolve raciocínio e pensamento”, sugerindo que é fruto de uma sustentação da mente, ou seja, as crenças são nutridas. E as igrejas, nesse caso, tem essa função de sustentar formas de pensamentos por meio de seus eventos. No cristianismo a fé, isto é, “formas de pensamentos”, passa a ser o ponto central de todas as suas atividades, principalmente no que diz respeito ao discipulado, que consiste em interações entre indivíduos que compartilham as mesmas ideias. De acordo com Moscovici (2013, p. 48), “nossas coletividades hoje não poderiam funcionar se não se criassem Representações Sociais baseadas no tronco das teorias e ideologias que elas transformam em realidades compartilhadas, relacionadas com as interações entre as pessoas”.

Dorvillé e Escovedo (2009, p. 2752) concluem em sua pesquisa que, quando jovens evangélicos entram nas universidades, eles não entram isentos de cargas simbólicas, ou seja, carregam dentro de si convicções quase inegociáveis:

Esses alunos entram na universidade como portadores, em maior ou menor grau, de grande número de certezas, a maioria das quais tem origem na matriz religiosa que professam. Qualquer outra forma de pensar que venha a ser ensinada a eles que se proponha a ler o mundo sob uma outra ótica, mas que também opere tomando por base certezas absolutas, seguramente disputará espaço em condição desvantajosa.

De acordo com Moscovici (2011a, p. 57), uma religião não é reconhecida por suas crenças, práticas ou associações com fenômenos sobrenaturais, mas é a presença ideológica da separação entre o que é sagrado e profano, “ela distribui as coisas entre dois mundos

exclusivos e antagônicos”. O senso de pertencimento a determinado grupo social (evangélico) envolve sua identidade social que o categoriza diferente de outro grupo (não evangélico), razão pela qual a interação social entre tais grupos é conflituosa. Conforme Evangelista e Menandro (2011), ao abordar sobre a infiltração de indivíduos em grupo do qual ele não pertence, devido às características serem muito distintas, essa relação poderá ser baseada em “completa rejeição”.

As Representações Sociais de evangélicos definem sua identidade social, em especial quando estão fora de suas fronteiras ideológicas, isto é, num ambiente totalmente não evangélico. Para Abric (1998), o papel fundamental das Representações Sociais é compreender e explicar a realidade, definir a identidade social, proteger a especificidade dessa identidade social, orientar comportamentos e justificar tais comportamentos. Segundo a pesquisa de Groppo e Borges (2018), que observou alguns aspectos comportamentais de jovens evangélicos em uma universidade pública de Minas Gerais, o primeiro aspecto é o “mal-estar discente”, por motivos de divergências ideológicas e políticas, que têm produzido dificuldades de permanência desses estudantes. O segundo aspecto é a existência de um grupo chamado Aliança Bíblica Universitária (ABU), cujas práticas visam aliviar as tensões vividas por evangélicos nas universidades e manter blindada a estrutura identitária:

A ABU pesquisada tem sido bem-sucedida por valorizar uma dimensão mais pessoal e participativa da religiosidade evangélica, colaborando com a permanência de estudantes na universidade e estabelecendo pontes entre a cultura religiosa e a cultura acadêmica, propiciando a manutenção da identidade religiosa constituída antes do ingresso na educação superior. (GROPPO; BORGES, 2018, p. 195).

O ingresso numa universidade gera tensões emocionais por ser um novo mundo a ser descoberto. Para Swatowski, Silva e Alvarenga (2018), o recrutamento de um estudante ao universo universitário pode representar uma nova realidade de relações, principalmente para aqueles que decidiram assumir as áreas humanas, cujas reflexões são feitas com bases em novas correntes de pensamentos e críticas, o que pode provocar transformações no trajeto de ideias, valores e hábitos construídos pela tradição familiar e “sociocultural de origem”. Ainda nessa linha de raciocínio, não se pode desconsiderar as estruturas psicossociais herdadas pelas experiências vividas antes do ingresso à universidade, bem como Representações Sociais compartilhadas no meio de convívio extra universidade.

É preciso considerar que é comum situações de estranhamento e reatância frente às teorias, posturas e argumentações que contrariam seus ideais. Segundo Brehm (1981, p. 37),

“a reatância é o estado motivacional que se supõe ocorrer quando uma liberdade é eliminada ou ameaçada de eliminação”. Afinal, liberdade é a possibilidade de crer nas maneiras pelas quais poderá se comportar, argumentar ou expressar. Qualquer ação ou força que dificulte essa possibilidade, constitui-se em ameaça, e na ameaça se constitui a reatância. Ainda Brehm (1981, p. 12), afirma: “As liberdades abordadas pela teoria não são consideradas abstratas, mas realidades comportamentais concretas. Se uma pessoa sabe que pode fazer, pensar, acreditar ou sentir, então é uma liberdade comportamental específica”. Portanto, uma ameaça ou força, seja ideológica ou argumentativa, contra essa liberdade, a mínima que seja, é natural haver uma resistência interna, um estranhamento ou questionamento.

Ao mesmo tempo, é preciso considerar as experiências de vida que precedem o ingresso dos jovens na universidade. Questionamentos e/ou estranhamentos em relação às práticas sociais, moralidades e visões de mundo podem emergir antes da entrada na universidade (ainda que não estejam necessariamente formulados e explicitados), e, inclusive, ser esse um dos fatores que influenciam na opção por um curso na área de humanas. (SWATOWISKI, SILVA, et al, p. 391, 2018)

Atualmente o estudo sobre a desistência e permanência de estudantes em ensino superior tem sido o foco de muitos pesquisadores. Ferreira e Fernandes (2015) buscam apresentar aspectos que da vida universitária que favorecem a evasão de alunos das universidades, e um desses aspectos apresentados é a dificuldade de ingressar e permanecer na vida social da universidade:

(...) dificuldades acadêmicas, incapacidade dos indivíduos para resolver os seus objetivos educacionais e ocupacionais; e a sua incapacidade de permanecer na vida intelectual e social da instituição. Ou seja, para os estudantes persistirem na instituição de ensino superior necessitam de ser bem-sucedidos na sua integração formal (desempenho acadêmico) e informal (interações professores/funcionários e interações entre os pares) e nas atividades extracurriculares. (FERREIRA E FERNANDES, 2015, p. 178)

O ambiente acadêmico, em especial no Brasil, se configura um ambiente progressista, pluralista e democrático. Geralmente, são nas universidades, principalmente nas disciplinas humanas que se encontra energias para discussões acerca de racismo, gênero, aborto, sexualidade, temas que provocam cisão entre os da linha progressista e os da linha conservadora. Os evangélicos são oriundos de um ambiente, cujo discurso é conservador, singular e teocrático. Ao ingressarem no ambiente controverso, certamente será indispensável encontrar abrigo em pequenos grupos de convergência ideológica. Segundo Moscovici (2011b, p. 8), ao abordar o poder da minoria, enfatiza que esse poder se define

na “luta, na construção de um espaço de participação, representação e negociação; em sua capacidade de influência social, um processo contínuo que depende de estilos de comportamentos consistentes e ações que provoquem os conflitos percebidos”.

O evangélico na universidade é sozinho com suas crenças e valores, pois na maioria das vezes, principalmente em sala de aula encontra condições desfavoráveis para manifestar suas crenças e isso provocará comportamentos de defesa, num aspecto de resistência interna. Nesse caso, para Moscovici (2011b, p. 15) os indivíduos não são considerados mais como apenas receptores de influência. E no caso dos evangélicos por serem um grupo oriundo de um universo, cuja produção de representações é ativa, ao serem introduzidos numa maioria contrária, “toda opinião divergente, todo juízo diferente, representa um desvio em relação ao que é real e verdadeiro”. Segundo Bauer, (2013, p. 183), “A função da resistência pressupõe uma segmentação social em diferentes subculturas, que mantêm sua autonomia resistindo às inovações simbólicas que elas não produzem”.

Moscovici (2011b, p. 110), seguindo essa linha de raciocínio, apresenta umas das características de uma minoria ativa: “a ausência do companheiro modifica a situação no sentido de que permite ao sujeito deixar de considerar-se alvo de influência, o que atenua consideravelmente o conflito interpessoal”. Ainda, Bauer (2013), considera tal ação como uma espécie de “sistema imunológico cultural, que permite uma reorganização das ideias para neutralizar qualquer tipo de ameaça contra suas representações.

Além da resistência e da sensação confortável quando encontram seus pares em ambientes de representações contrárias, os evangélicos costumam não medir esforços para organizarem encontros, como pequenas reuniões, em pequenos grupos, justamente, para manutenção de suas crenças, por meio de compartilhamento de estudos bíblicos, testemunhos, devocionais e orações. Por exemplo, encontros da Aliança Bíblica Universitária - ABU tem ocorrido em diversas universidades do Brasil, inclusive, semanalmente na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro³.

Segundo Groppo e Borges (2018, p. 182), quando universitários evangélicos encontram seus pares, indivíduos que possuem interesses comuns na ABU, sentem-se fortemente acolhidos e confortáveis, aliviados das tensões dos conflitos. Conforme Feitosa

³ ABU – Aliança Bíblica Universitária. Estudante alcançando estudante. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.abub.org.br/regiao/leste/abu-seropedica-ufruralrj>.

e Salas (2012), a afeição envolve os membros do grupo, ao qual o indivíduo pertence, proporcionando um nível de conforto, reações positivas pelo pacto e compartilhamento das ideias em comum, ou seja, a manutenção de sua identidade social.

Para Spink (2013, p. 96) as Representações Sociais são formas de conhecimento prático, correntes presentes no senso comum que comprometem o posicionamento frente a um objeto. Conforme Moscovici (2011a, p. 54), a religião também envolve um conjunto de representações e de práticas. Entre os evangélicos existem posicionamentos rígidos frente as duas formas de conhecimentos do mundo: o que é profano e o que é sagrado. Esses são dois polos que norteiam a maneira como evangélicos interpretam o mundo. Sempre haverá disposição para manter-se separado do que eles entendem por profano. Para Pereira, Torres, et al (2011, p. 75) “a pertença social dos indivíduos ancora as suas representações”, como por exemplo, a homossexualidade, o aborto, liberações de drogas; para os evangélicos são temas tratados sob o ponto de vista ético-moral judaico-cristão.

Tal atitude de resistir e de separar-se vem sendo uma prática antiga, por exemplo, no século 18, na universidade de Oxford, havia um pequeno grupo que resistia ao que eles entendiam por maus comportamentos e buscava se reunir periodicamente dentro da universidade para oração e estudo bíblico. Segundo Lelièvre (1997) esse grupo recebia o título, de forma pejorativa, de “clube dos santos” ou “metodistas”, por serem metódicos e rotineiros nessas ações. Entre eles estava John Wesley, o fundador da igreja Metodista.

Esses jovens, cujo o número não passou de quinze, formaram entre si uma associação para o fomento da piedade e do saber. Reuniam-se todas as noites para conversar sobre suas ocupações e estudos, sendo que começavam uma vigília com orações, e a terminavam com um lanche frugal. Essas reuniões de jovens tão ajuizados eram uma novidade em Oxford, onde, naquela época, longe de prevalecer a virtude, reinavam a incredulidade e o relaxamento dos bons costumes. (LELIÈVRE, 1997, p. 42)

Conforme Vala e Monteiro (1997, p. 290), a identidade social se constrói na dialética entre indivíduo e grupo, um processo de internalização de elementos do grupo. Os evangélicos, de um modo geral, constroem seu modelo de identidade social em torno de doutrinas bíblicas e ensinamentos construído em um universo eclesialístico, isto é, separado do mundo, levando em consideração o significado etimológico da palavra grega “*ekklesia*” – *chamados para fora*. Sua etimologia provoca estímulos para exercerem um ofício de um corpo fora dos limites do templo. De acordo com Eliade (1992, p.19) o crente evangélico faz do espaço da igreja um ambiente diferente: “A porta que abre para o interior da igreja significa, de fato, uma solução de continuidade. O limiar que separa os dois espaços indica

ao mesmo tempo a distância entre os dois modos de ser, profano e religioso”. Ao estarem fora, sente-se impulsionados a simularem um ambiente semelhante.

Outro aspecto do evangélico é o sentimento de obrigação em propagar o que ele tem recebido, para converter mais adeptos ou influenciar, de alguma forma, o outro. Essa obrigação se justifica na ordem de Jesus Cristo, mencionado no evangelho de São Marcos 16:15: “ide por todo o mundo e pregai o evangelho a toda criatura”. Há um certo anseio entre os evangélicos de penetrar em camadas não só políticas, mas acadêmicas também para a difusão do que eles entendem como “um mundo ideal”. Lewis (2018, p. 146) ressalta, como um cristão, a urgência do cristão penetrar no meio educacional: “uma sociedade predominantemente cristã propaga o cristianismo em suas escolas; uma sociedade não cristã não faz. (...) É possível que o Estado coloque a educação cada vez mais sob suas asas”.

Para Moscovici (2011b, p. 129) sob a análise dos estilos de comportamento de minorias ativas, quando um indivíduo influencia outro indivíduo, o principal fator de êxito são seus estilos de comportamento, tal como, o esforço, a autonomia e a consistência; para essa terceira ele afirma: “a consistência no comportamento é interpretado como um sinal de certeza, como afirmação da vontade de aderir sem exceção a um dado ponto de vista e como reflexo do compromisso por uma opção coerente e inflexível”.

A partir dessa lógica fica fácil entender a razão do desconforto gerado, pois fora do universo de pertencimento haverá uma forte necessidade de encontrar fuga em grupos, cujos indivíduos compartilham do mesmo sentimento. Para Abric (2001) as Representações Sociais estão organizadas em torno de um “núcleo central”, que determina as significações, um sistema central que abriga elementos estáveis e rígidos, possivelmente, onde estão os valores inegociáveis. Segundo Mazzotti (2002, p. 17), “ao formar sua representação, o sujeito de certa forma, o constitui, o reconstrói, em seu sistema cognitivo, de modo a adequá-lo ao seu sistema de valores, o qual depende de sua história, contexto social e ideológico no qual está inserido”.

Portanto, traçado um breve contexto histórico-geográfico e psicossocial, o estudo das Representações Sociais e minorias ativas que envolvem os evangélicos nas universidades tornam-se um objeto de pesquisa de importante relevância, por levar em conta questões que, permanecem ainda animosas nas universidades, bem como, discursões sobre racismo, sexualidade, gênero, aborto e liberações de drogas, isto é, temas que são eixos divisores entre dois modos de interpretação do mundo, suficientes para gerar tensões psicossociais.

Cada grupo, evangélicos e não evangélicos, constroem suas representações acerca do objeto observado, “como estruturas individuais de conhecimento, símbolos e afetos” (GUARESCHI, JOVCHELOVITCH, et al, 2013, p. 119). Mas tais representações são construídas de acordo com seu contexto psicossocial. Segundo Vala (1997, p. 360), são fatores “de duas ordens: processos sociocognitivos e fatores sociais”. Nessa mesma linha, Abric (2001, p. 13) ressalta “as representações, em efeito, não são exclusivamente cognitivas, mas são também sociais”, ou seja, os dois elementos são fundamentais para sua composição. O processo cognitivo significa que o indivíduo não é passivo, ou seja, está sujeito aos processos cognitivos, que são determinados pelas condições dos processos sociais, relacionados ao tempo, espaço e circunstâncias vividas.

5. OBJETIVOS

Objetivo Geral

O presente trabalho busca identificar Representações Sociais sobre “evangélicos” construídas em dois grupos: os evangélicos e os não evangélicos.

Objetivos Específicos

- Identificar aspectos das Representações Sociais presentes em dois grupos: evangélicos e não evangélicos, por meio da tarefa de evocação livre de palavras, tendo “evangélico” como tema;
- Analisar estruturas dessas Representações, sob o ponto de vista prototípica e de similitude;
- Discutir Representações Sociais de evangélicos e não evangélicos, apresentando as possíveis razões da dicotomia presente na forma de responder a determinados objetos de discussões, provocados por meio das perguntas desta pesquisa.

6. METODOLOGIA DA PESQUISA

Os Participantes e Análise dos Dados

Na pesquisa buscou-se identificar as Representações Sociais sobre “evangélicos” na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. A amostra está composta de 120 participantes que responderam ao questionário. Sendo que 48,3% são do sexo feminino e 51,6% são do sexo masculino. Dentre os 120 participantes, 60 são evangélicos e 60 são não evangélicos. Evangélicos pertencentes a diversas denominações evangélicas e não evangélicos pertencentes a diversas religiões de posição não-evangélicas, dentre esses, contam também ateus.

A pesquisa comparativa entre evangélicos e não evangélicos se justifica na distinção de Representações Sociais existentes entre as partes, construídas em contextos históricos psicossociais particularmente vivenciados. Essa distinção se atesta dentro de discursões sob temas sócio-políticos, os quais se tornam eixos divisores de percepções, sensações e atitudes, se configurando em conflitos psicossociais. É notório, pelas suas práticas, respostas e atitudes, que os evangélicos procedem de um universo intergrupais distinto dos não evangélicos. Vala e Monteiro (1997, p. 367) afirmam que “as relações intergrupais modelam as Representações Sociais”.

Tabela 2 – Distribuição dos participantes por Faixa Etária

EVANGÉLICOS		NÃO EVANGÉLICOS	
Faixa Etária	Nº de Participantes	Faixa Etária	Nº de Participantes
18 a 30	16	18 a 30	27
31 a 43	18	31 a 43	22
44 a 56	24	44 a 56	6
57 a 69	2	57 a 69	5
Total	60	Total	60

Gráfico 3 – Escolaridade dos Participantes Evangélicos

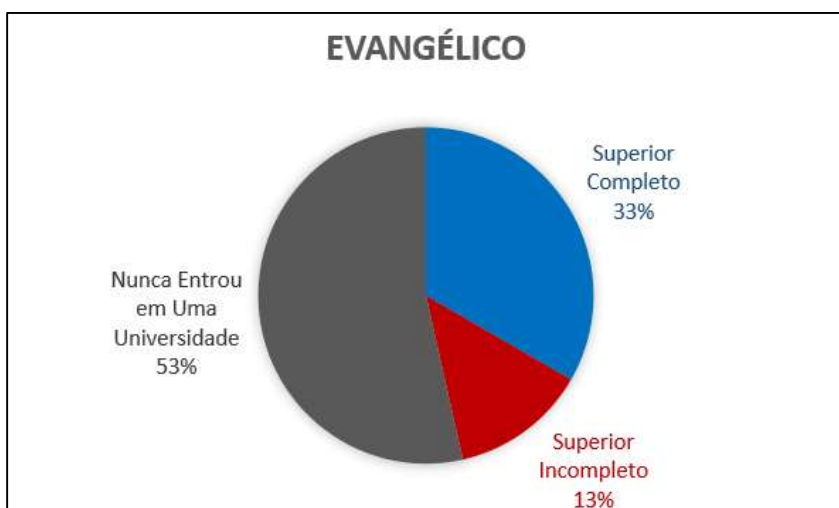
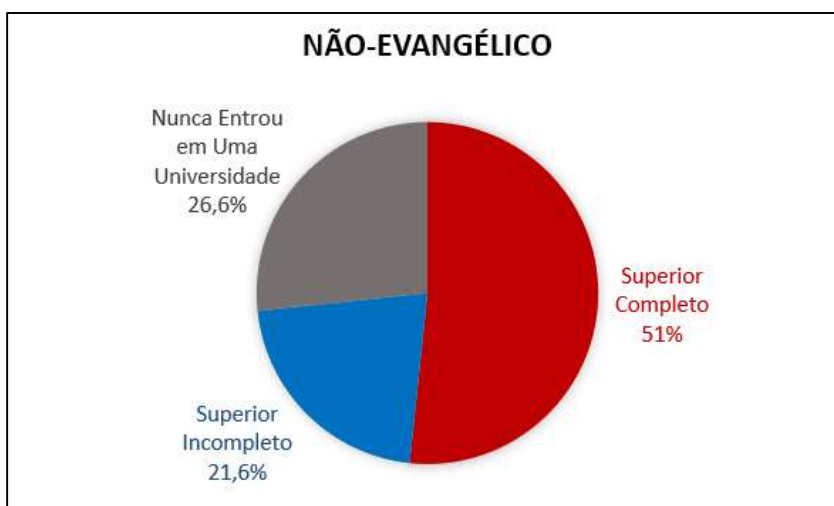


Gráfico 4 – Escolaridade dos Participantes Não Evangélicos



Para Guareschi e Jovchelovitch (2013, p. 90), “as Representações Sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais”. Portanto, pode-se compreender as representações de um determinado grupo ao evocar certos assuntos controversos. E no caso dos evangélicos e dos não evangélicos os conflitos giram em torno de alguns temas problemáticos. A atual pesquisa se utilizou de dois eixos divisores entre os dois grupos, como exemplo, dos quais são os “divisores de águas”, dando a oportunidade de ambas partes manifestarem suas palavras, sentimentos e condutas já institucionalizadas. Foram duas perguntas abertas:

1. Você concorda com liberação aborto?
2. Você concorda com a declaração do presidente Jair Bolsonaro, o qual disse em 2019 que iria indicar para a suprema corte um ministro “terrivelmente evangélico”?

Dos 60 participantes evangélicos 91,6% não concorda em hipótese alguma com o aborto, todos se justificando na ideia de que ninguém tem o direito de tirar a vida a não ser Deus. Apenas 13,3% apresentaram a possibilidade de haver a exceção, em casos de estupro ou em caso de comprometimento da gestação colocando em risco a vida da mãe. Já, dos 60 participantes não evangélicos, 60% é a favor da liberação, porém em casos específicos. E 40% se declararam contra, sem exceções alguma. Dentro do grupo dos Evangélicos, dos 60 participantes, apenas 8 participantes apresentaram flexibilidade à liberação ao aborto em casos específicos: 3 participantes apresentaram o “estupro” como justificativa para o aborto; 1 participante apresentou o “direito da mulher ao seu corpo” como justificativa; e 4 participantes apresentaram o “risco da vida da mulher” como justificativa. Já, dentro do grupo dos Não evangélicos encontramos um maior número de participantes flexíveis ao aborto, que corresponde a 36 participantes, onde 13 apresentaram o “estupro” como justificativa à liberação ao aborto; 11 apresentaram o “direito da mulher ao seu corpo”; 11 apresentaram o “risco da vida da mulher”; e 1 participante apresentou “condições financeiras” como justificativa para a liberação do aborto. Percebe-se a discrepância entre os dois grupos retratando a diferenciação das Representações Sociais.

Gráfico 5 – Você concorda com a liberação do aborto? (Evangélicos)

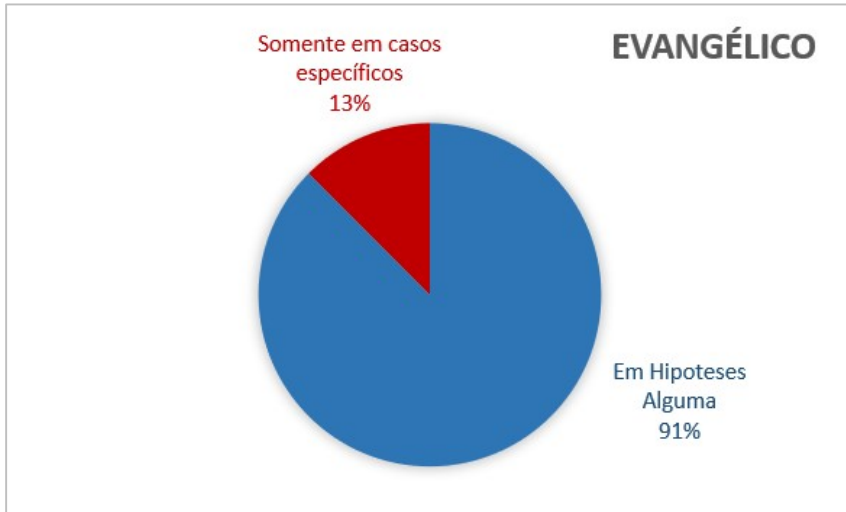


Gráfico 6 – Você concorda com a liberação do aborto? (Não Evangélicos)

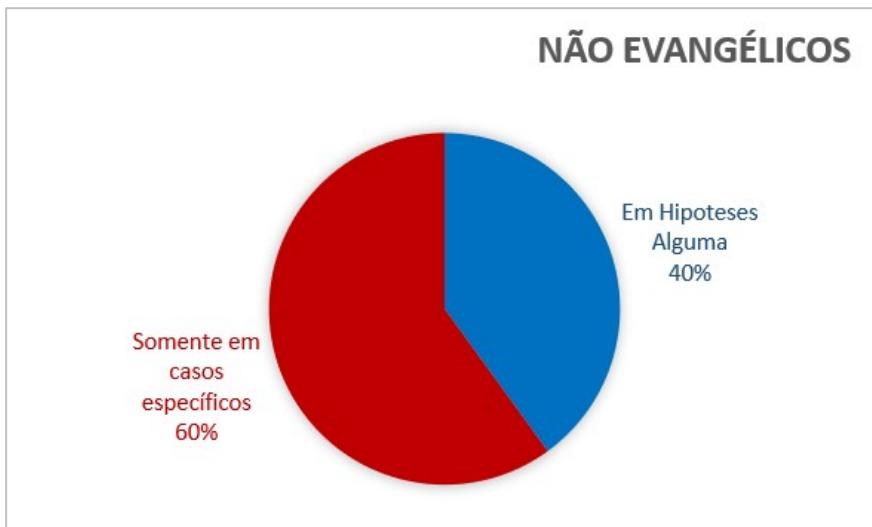


Gráfico 7 – Os Casos Específicos (60 Participantes Evangélicos)

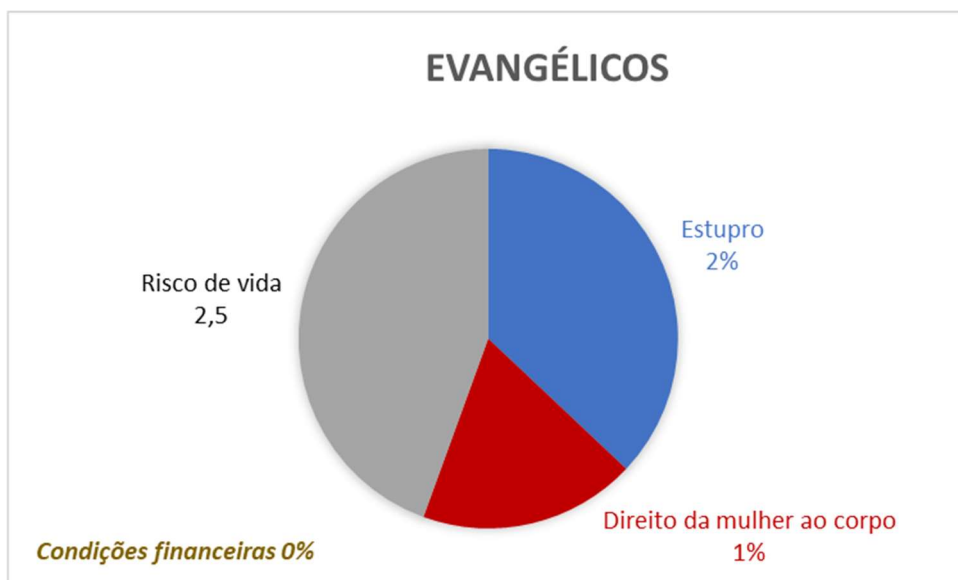


Gráfico 8 – Os Casos Específicos (60 Participantes Não Evangélicos)



Sobre diferenciação social e diferenciação das Representações Sociais, Vala e Monteiro (1997, p. 380), discorrem como um processo complexo a ser analisado:

Numa primeira perspectiva, a diferenciação das Representações Sociais tem sido associada a diferentes inserções dos indivíduos nos campos das estruturas socioeconômicas e socioculturais. Sem pôr em causa as virtualidades desta primeira perspectiva, questiona-se a sua capacidade para, por si só, dar conta da complexidade do processo em causa. Aliás, será difícil escapar, nesse quadro analítico, à imagem do homem como – homem-reflexo.

Segundo Moscovici (1984, p. 15 apud VALA E MONTEIRO, 1997, p. 380), “os grupos e os indivíduos estão sempre e completamente sob o domínio de uma ideologia dominante, que é produzida e imposta pela sua classe social, pelo Estado, pela igreja ou pela escola”. A igreja evangélica diante de um tema como o “aborto” tem sido uma forte instituição produtora de Representações Sociais resistentes a essa prática, tendo Deus como base para suas defesas. Dos 60 participantes Evangélicos, 52 participantes envolveram Deus, princípios bíblicos e vida como os principais fundamentos de sua ideologia acerca do aborto. Já os Não evangélicos apresentaram os direitos individuais e a justiça social como principais fatores para a liberação da prática do aborto.

A segunda pergunta ou eixo provocador de divisão de Representações Sociais está baseada numa declaração feita pelo presidente república, Jair Bolsonaro, no dia 10 de julho de 2019, dizendo:

"Muitos tentam nos deixar de lado dizendo que o estado é laico. O estado é laico, mas nós somos cristãos. Ou para plagiar a minha querida Damares [Alves, ministra]: Nós somos terrivelmente cristãos. E esse espírito deve estar presente em todos os poderes. Por isso, o meu compromisso: poderei indicar dois ministros para o Supremo Tribunal Federal [STF]. Um deles será terrivelmente evangélico".⁴

Essa declaração foi feita após um culto evangélico na câmara dos deputados, onde ocorreu uma solene homenagem aos 42 anos da Igreja Universal do Reino de Deus. O presidente reafirmou um compromisso com os evangélicos, declarando que o Estado é laico, “mas nós somos cristãos”. Essa postura tem trazido discursões políticas acerca de um Estado laico presidido por alguém comprometido com uma ala religiosa, em especial, os

⁴ CALGARO, Fernanda e MAZUI, Guilherme. *Bolsonaro diz que vai indicar ministro ‘terrivelmente evangélico’ para o STF*. Brasília: G1 Política, 2019. Acessado em 10/09/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>

evangélicos. A pesquisa permitiu identificar diferentes opiniões entre evangélicos e “não evangélicos” por meio da seguinte pergunta: “o presidente Jair Bolsonaro disse em 2019 que irá indicar um ministro "terrivelmente evangélico" para a suprema corte. Você apoia essa ideia”?

Dos 60 evangélicos que responderam essa pergunta, 75% responderam que apoiam sim a indicação de um evangélico na suprema corte e 15% apenas responderam que não apoiam. Já entre os não evangélicos encontramos um número maior que não apoia a ideia do presidente Jair Bolsonaro, isto é, dos 60 participantes que não são evangélicos, 58% responderam que não estão de acordo com um evangélico na suprema corte e apenas 15% dos não evangélicos responderam que sim. É importante ressaltar que, esses 15% constituíram-se de católicos e espíritas, ou seja, confissões de origem cristã.

Gráfico 9 – Ministro evangélico na Suprema Corte do Brasil (60 Participantes Evangélicos)

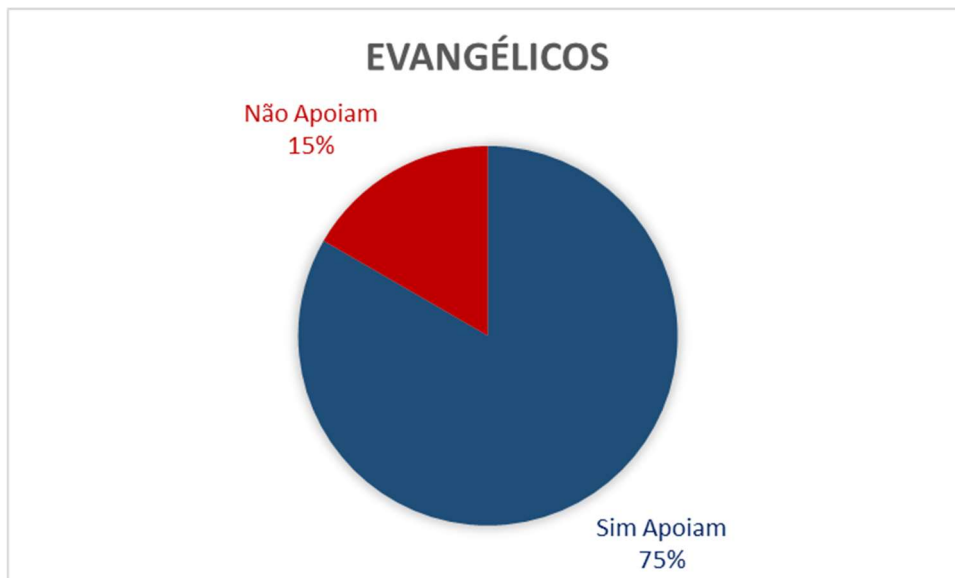


Gráfico 10 – Ministro evangélico na Suprema Corte do Brasil (60 Participantes Não Evangélicos)



Duas perguntas que salientam a diferenciação dos grupos. A primeira, cujo tema é sobre o aborto, para os evangélicos envolve a liberdade do feto em viver e para os não evangélicos envolve a liberdade da mulher em decidir. A segunda pergunta, cujo tema é a introdução de um evangélico na suprema corte do país, para os evangélicos representa a garantia dos valores cristãos nas decisões judiciais e para os não evangélicos representa um golpe para um Estado laico.

Segundo Gonzáles-Ruiz (1972, p. 18), “a diversidade é consequência do momento histórico, que cada ‘eu’ vive, isto é, da vivência da pessoa total, em todos os setores: socioeconômico, religioso, familiar, escolar, industrial, etc”. A pesquisa focaliza dois setores formadores de sentidos comuns: o religioso e o escolar, ou seja, a igreja (ambiente evangélico) e a universidade. Para Jodelet (1984, p. 38 apud GUARESCHI E JOVCHELOVITCH, 2013, p. 98), um sujeito não é um ser isolado, mas um ser social, que:

“significa dizer, fora o caso em que tratamos a gênese das representações, um indivíduo adulto, inscrito numa situação social e cultural definida, tendo uma história pessoal e social. Não é um indivíduo isolado que é tomado em consideração, mas sim as respostas individuais enquanto manifestações de tendências do grupo de pertença ou de afiliação na qual os indivíduos participam”.

Dos 60 participantes evangélicos, apenas 28 possuem curso superior ou ainda estão dentro da universidade. Desses 28 participantes 16 responderam que sofreram um tipo de preconceito no meio acadêmico:

Tabela 3 – Distribuição das respostas dos 16 participantes evangélicos que frequentaram ou ainda frequentam universidades.

<i>EVANGÉLICOS NAS UNIVERSIDADES</i>	
<i>Tipos de preconceitos</i>	“Por conta do meu comportamento conservador”
	“Por ser religioso”
	“Por causa de minhas vestes”
	“Por não aceitar ir em determinadas festas”
	“Por ser conservador”
	“Fui comparado a um ladrão”
	“Por defender ideias conservadoras”
	“Achava que eu queria convertê-los”
	“Sofri deboches da minha fé”
	“Não aceiraram minhas ideias em um debate”
	“Me senti excluída nas atividades de grupo”
	“Fui taxado de retrógrado”
	“Fui chamado de fanático”
	“Devido ao modo de pensar e vestir”
“Por defender ideias políticas conservadoras”	
“Por ser conservador”	

É importante ressaltar que não é uma realidade de universitários que vão para um ambiente evangélico, mas a realidade de evangélicos que vão para o ambiente universitário. E a forma de responder a determinados objetos de discussões irá revelar o setor pertencente do sujeito. E, geralmente, como foi apontado nas linhas acima, o ambiente acadêmico tornou-se um ambiente provocador de discussões sob temas políticos, filosóficos e sociais, cujas respostas se conflitam entre evangélicos e não evangélicos, ou seja, conforme o contexto sociocultural o sujeito pertença.

Segundo uma pesquisa de Swatowski, Silva, et al (2018, p. 397), os poucos evangélicos que frequentam a universidade e que ainda mantem-se filiados à sua igreja carregam a marca de maior desvantagem social no contexto universitário, por esta razão apresentam comportamentos tímidos, pois preferem manter sigilo sobre sua identidade religiosa; costumam não participar de confraternizações organizadas pela turma e nem de movimentos sociais, mantendo-se distantes das redes de amizades. Enfrentam também alguns conflitos no meio de discussões provocadas e sua forma religiosa de pensamento.

Instrumento e Organização dos Dados

A presente pesquisa tem uma configuração qualitativa, posto que, pretende-se ter uma abordagem que se preocupa com significações, sob a esfera da subjetividade e individualidade. Segundo Spink (2013, p. 96 e 97), para efetuar uma análise, deve ser seguido dois passos: o primeiro é a transcrição das respostas e o segundo é uma leitura

flutuante, se atentando para a construção do que se pretende tornar ser conhecido. Para Deslandes (1994, p. 14), nas pesquisas sociais existe a identidade entre o sujeito e o objeto, que pode ser intrínseca e extrínseca, os quais são fatores que exige cuidado no ato da pesquisa, por não se tratar de objetividade de números, mas “a pesquisa nessa área lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo”.

Para Minayo (2001) a pesquisa qualitativa responde implicações particulares, se preocupando com níveis de realidades que não podem ser quantificados, bem como, as significações, crenças, valores, motivações, atitudes, etc.

A obtenção do melhor conhecimento dos conteúdos das Representações Sociais construída pelos participantes, tanto evangélicos, como não evangélicos, foi feita, tendo como instrumento de pesquisa um questionário sociodemográfico com perguntas, bem como: faixa etária, sexo, religiosidade, além de questões abertas e fechadas. Segundo Richardson; Peres et al (2008, p. 189), a informação obtida por um questionário permite observar as características de um indivíduo ou grupo”. Por meio do mesmo questionário contou-se também com a tarefa de evocação livre, onde cinco palavras deveriam ser registradas quando o termo “evangélico” viesse à mente dos participantes. Conforme sugere Abric (2001), a importância de associações das respostas se dá pelo fato de haver nas representações elementos mais importantes, que são nutridos por valores e crenças produzidas no grupo que pertence o indivíduo.

Os dados colhidos e organizados foram analisados com o auxílio técnico do software IRAMUTEQ 0.7 alpha 2 para a construção de gráficos de análises prototípica e de similitude, a primeira busca identificar a estrutura representacional, partindo dos critérios de frequências e importâncias das palavras evocadas, partindo do “evangélico” como estímulo indutor. Para Santos; Araújo et al. (2019, p. 5 e 6) a Técnica de Associação Livre de Palavras – TALP, proporciona uma clareza das Representações Sociais, que acaba justificando o objeto estudado e predispõe “a visualidade de quatro zonas: a primeira referente ao núcleo central, a segunda com o sistema periférico, a terceira com elementos periféricos contrastantes e a última também com dados periféricos”.

A Figura 1 representa um esquema de distribuição dos resultados gerados pelo software com quatro quadrantes. O primeiro quadrante (superior esquerdo) é onde estão as palavras prontamente evocadas e com alta frequência, representando os elementos mais

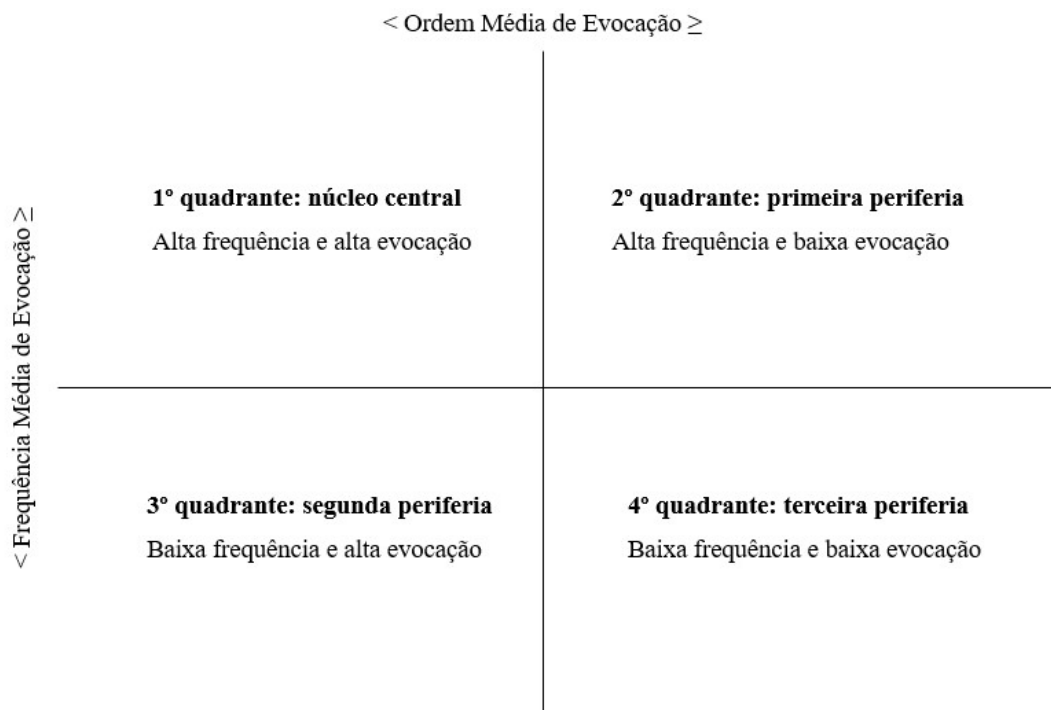
importantes, formando o núcleo central das Representações Sociais. Sobre núcleo central Mazzotti (2002, p. 25) ressalta que:

Para Abric (1994d), a análise de uma RS tal como a define – um conjunto de informações, opiniões, atitudes e crenças organizadas em torno de uma significação central – exige que sejam conhecidos seus três componentes essenciais: seu conteúdo, sua estrutura e seu núcleo central.

O segundo quadrante (superior direito) é onde estão a primeira camada periférica, cujas palavras são de alta frequência, porém não prontamente evocadas. O terceiro quadrante (inferior esquerdo) apresenta elementos com baixa frequência e o quarto quadrante (inferior direito) já apresenta elementos tardiamente evocados e baixa frequência. Segundo Mazzotti (2002, p. 25), os elementos periféricos servem de mecanismos essenciais para a defesa da significação central da representação.

A importância de estabelecer amostras comparativas por meio das evocações das palavras, em especial os elementos com maior frequência e prontamente evocados, está na revelação do que esses elementos apresentam, ou seja, no que está por trás da alta frequência e evocação: “quanto aos estudos comparativos, a Teoria do Núcleo Central sustenta que duas representações ou dois estados sucessivos de uma mesma representação devem ser considerados distintos se, e apenas, seus respectivos núcleos centrais tiverem composições nitidamente diferentes”. (SÁ, 1996, p. 24). De acordo com Sá (1996), as pesquisas feitas, que envolvem Representações Sociais, são de suma importância tratar os participantes de forma individual afim de obter dados fiéis ao que se pretende: “A prática articulada mais comum de pesquisa – quase o ‘Romeu e Julieta’ das Representações Sociais – combina a coleta de dados por meio de entrevistas individuais para a técnica para o seu tratamento conhecida como análise de conteúdo”. (SÁ, 1996, p. 86).

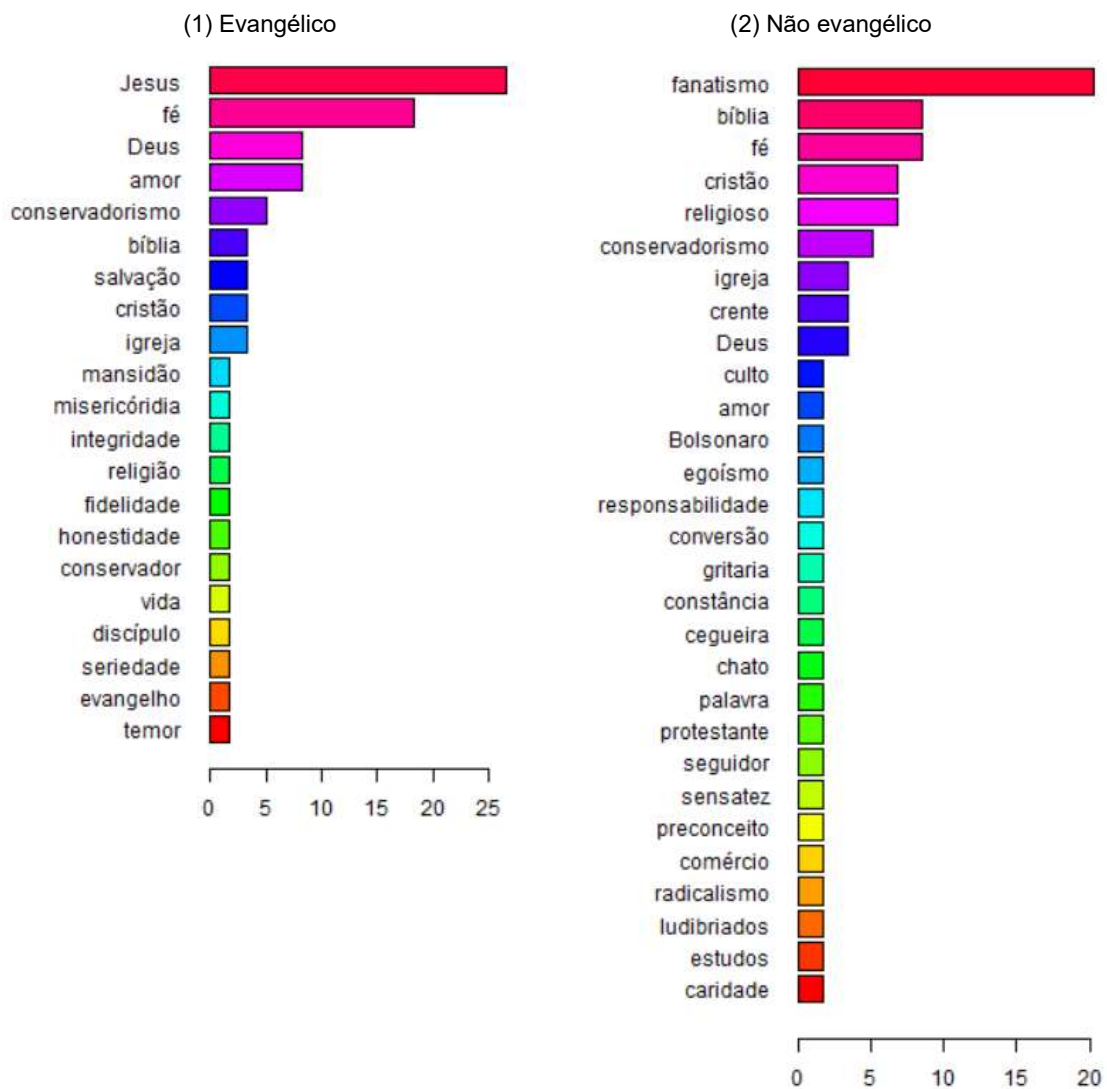
Figura 1 – Esquema ilustrativo da distribuição dos quatro quadrantes das Representações Sociais.



7. RESULTADOS E AMOSTRAS

A presente análise (prototípica) respalda-se numa junção organizada dos significados dados ao termo indutor “evangélico”, ou seja, palavras evocadas numa frequência e ordem média, a partir de valores dados a cada uma dessas palavras. Os resultados e amostras estão delimitados nos dois grupos de interesse dessa pesquisa: evangélicos e não evangélicos, sendo possível defrontar as Representações Sociais existentes em ambos, sob o mesmo termo indutor das evocações: “evangélicos”. No total 50 tipos de palavras foram evocados dos 120 participantes, 21 cognemas emitidos pelos 60 participantes evangélicos e 29 cognemas emitidos pelos 60 participantes não evangélicos.

Gráfico 11 - Distribuição das frequências das palavras emitidas pelos grupos: (1) evangélicos e (2) não evangélicos:



Fonte: Iramuteq Version 0.7 alpha 2 © 2008-2014 Pierre Ratinaud

Grupo Evangélico

A Figura 12 representa a distribuição das frequências das palavras evocadas sob o termo indutor “evangélico”, para identificar quais os elementos centrais da representação social do grupo evangélico. Identificou-se que, dos 21 tipos de palavras evocadas: “Jesus, fé, amor, salvação e bíblia” se destacam com alta frequência entre os 60 participantes evangélicos, isto é: “Jesus ($f=34$ $OME=2,3$)”, “fé ($f=28$ $OME=2,2$)”, “amor ($f=22$ $OME=2,7$)”, “salvação ($f=11$ $OME=2,5$)” e “bíblia ($f=10$ $OME=2,7$)”. Percebe-se que os evangélicos compartilham entre si, acerca de si o mesmo, elementos que justificam suas práticas e modo de responder a vida.

Tudo indica que “Jesus” é um cognema básico e fundamental para sua representação, onde os demais elementos giram e foram construídos em torno do mesmo. Na visualização da ordem das palavras, o cognema “Deus” não se apresenta no primeiro quadrante, onde residem os elementos do núcleo central. Segundo Hodge (2002) a vida evangélica consiste em uma vida transformada e renovada continuamente, onde a principal disposição é colocar Jesus no centro de sua vida: “Ser cristão significa não ter mais nada ocupando o centro da sua vida. Talvez você tenha de destronar os esportes, as compras, seu ego, ou dar a uma pessoa muito importante uma posição secundária em relação a Jesus”. (HODGE, 2002, p. 19). Parece que a palavra “Deus” é abrangente, abrigando, em sua estrutura semântica, um significado menos específico que a palavra “Jesus”.

Acerca do cognema que apresenta maior peso numa representação, Moscovici (2013, p. 219) ressalta a relevância da Teoria do Núcleo Central que evidencia o que está por trás do cognema “Jesus”: “há a hipótese do núcleo central, de acordo com a qual cada representação social é composta de elementos cognitivos, ou esquemas estáveis, ao redor dos quais estão ordenados outros elementos cognitivos, ou esquemas periféricos”.

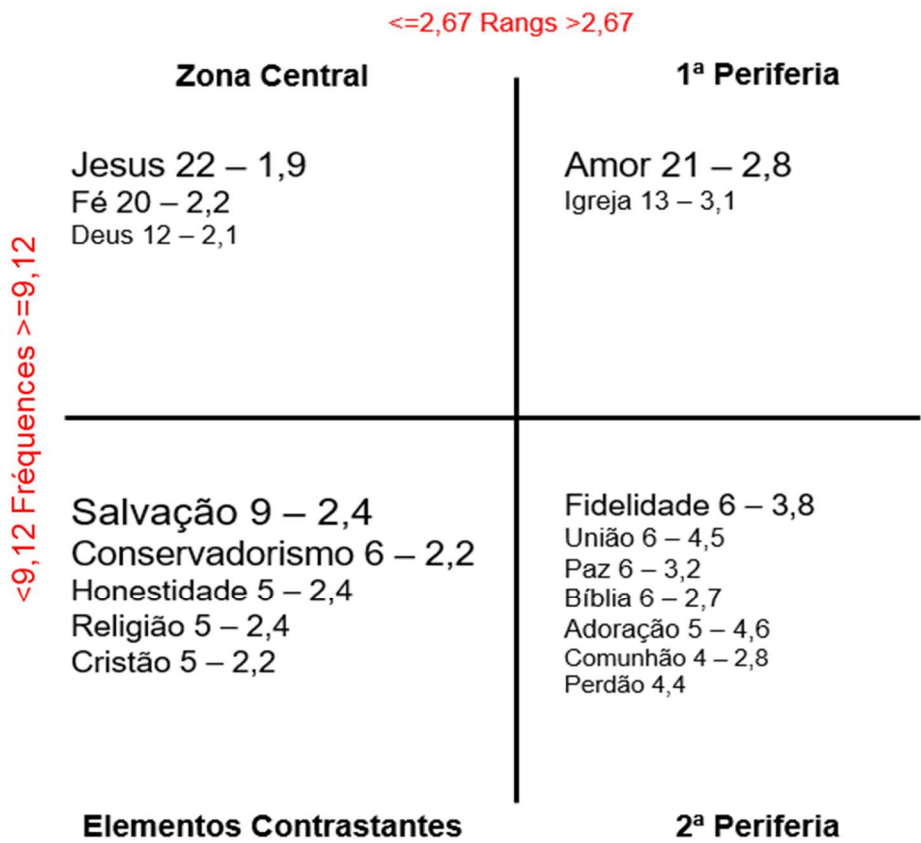
Observando os dados apresentados podemos avaliar o que é “evangélico” para o participante evangélico. Os aspectos presentes nas evocações revelam, em primeiro lugar, uma predisposição em fazer uma avaliação positiva, com referências aos valores e boas práticas, como, por exemplo, “honestidade, fidelidade, integridade, amor, fé etc”, referências ligadas até mesmo a figuras sagradas, como, por exemplo, “Deus, Jesus, bíblia e igreja”. Essa predisposição revela uma compreensão otimista acerca do grupo ao qual pertence, estabelecendo, assim, um grupo psicológico: “Grupo psicológico é considerado como sendo integrado por pessoas que se conhecem, que procuram objetivos comuns, possuem

ideologias semelhantes e interagem com frequência” (RODRIGUES, 1972, p. 479), que vai além de uma simples organização social, a qual, segundo o mesmo autor, dispensa muitas características de um grupo psicológico.

Para Le Bom (2016, p. 30), o que vai para além de uma mera reunião de pessoas é a multidão psicológica, onde a personalidade individual some para surgir uma coletiva, onde solidifica a unificação de sentimentos e ideias, isto é, “ela forma um único ser e encontra-se submetida à lei da unidade mental das multidões”.

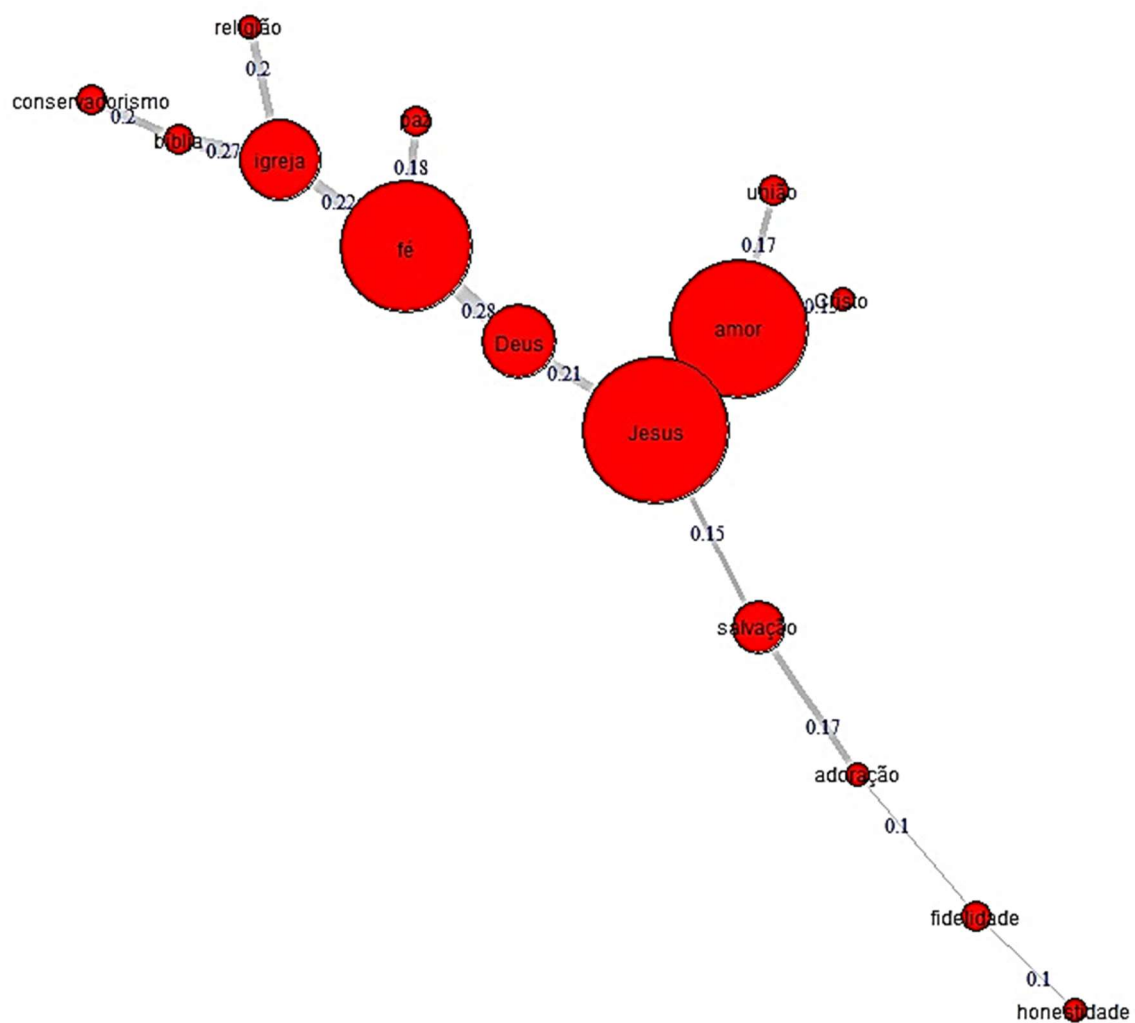
Em segundo lugar é a significação do termo “conservadorismo”, elemento que aparece no terceiro quadrante, que representa uma baixa frequência, porém uma evocação considerável. Aqui, tudo indica novamente uma otimização desse termo, portanto, um simbolismo protetor e preservador dos valores construídos na sociedade ocidental pela historicidade cristã. O “conservadorismo” pode estar ligado à uma responsabilidade ou vanguarda que se “é possível caracterizá-la como uma reação ideológica e política aos avanços da modernidade” (SOUZA, 2015, p. 203).

Figura 3 – Análise Prototípica: Distribuição dos quadrantes da representação social dos Evangélicos



Na análise de similitude projetado pelo programa IRAMUTEC 0.7 alpha 2, o grupo evangélico apresenta uma representação dos “evangélicos” não pouco normativa e óbvia, não exercendo um papel crítico do grupo do qual pertence, basicamente apresentam imagens positivas e idealizadas do evangélico fiel ao seu grupo. Percebe-se que os grandes eixos são “Jesus, amor, fé, igreja e Deus”. Entretanto, nota-se que o elemento “Jesus e Deus” são os cognemas de mais junções, intermediando as demais conexões. Ou seja, um resultado já esperado do grupo evangélico.

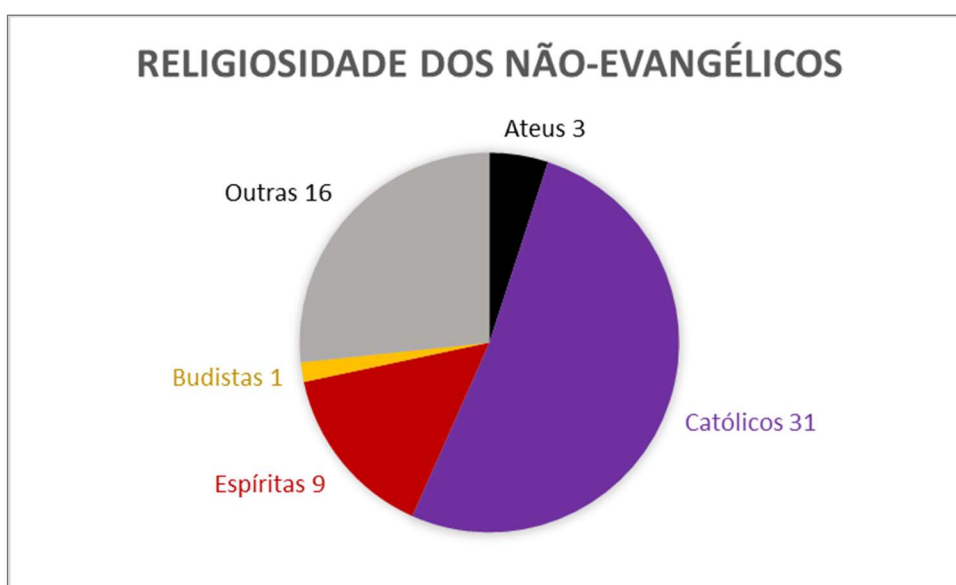
Figura 4 – Análise de Similitude: Arcabouço de conexões e intensidades dos elementos mais importantes do grupo evangélico.



Grupo Não evangélico

Os 60 participantes não evangélicos superaram os participantes evangélicos no que se refere ao número de tipos de cognemas evocados. Foram 29 diferentes elementos levantados pelos participantes. Pode-se perceber, por meio da Figura 13, que a estrutura da representação desse grupo, apresenta no primeiro quadrante os elementos mais importantes da estrutura, ou seja, os prováveis elementos do núcleo central: “fanatismo ($f=24$ $OME=2,4$)”, “religioso ($f=12$ $OME=2,4$)”, “fé ($f=8$ $OME=1,9$)” “igreja ($f=7$ $OME=2,6$)”, “conservadorismo ($f=7$ $OME=2,9$)”, “bíblia ($f=7$ $OME=1,4$)”, “preconceito ($f=6$ $OME=2,8$)” e “cristão ($f=4$ $OME=1,0$). A primeira percepção que se pode obter é que a superação do número de tipos de cognemas evocados revela uma variação maior por conta de, em primeiro lugar, não ter um alto nível de compartilhamento comum e, em segundo lugar, não se tratar de um grupo homogêneo, pois dentro do grupo não evangélico encontramos ateus, católicos, espíritas, budista e outra (não revelada).

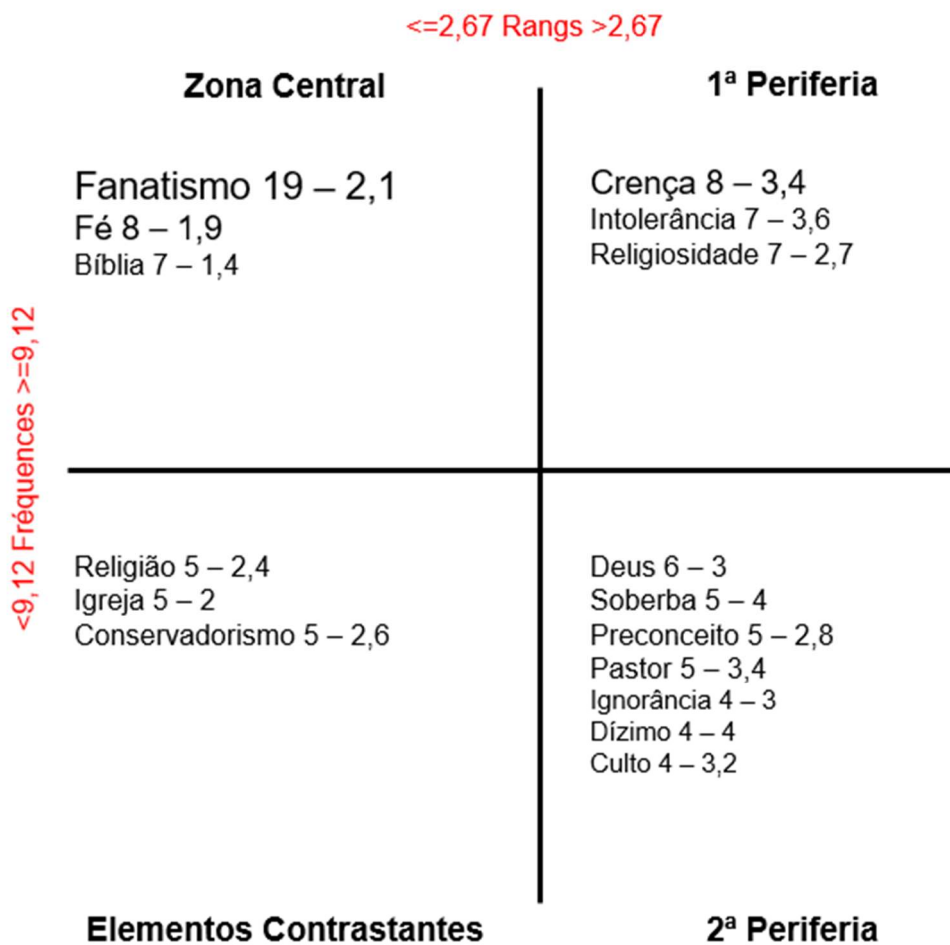
Gráfico 12 - Distribuição da religiosidade dos 60 participantes Não evangélicos



Diferente dos participantes evangélicos, os não evangélicos apresentam fortemente uma predisposição a uma avaliação negativa dos evangélicos. Essa avaliação se baseia nas impressões que os participantes não evangélico tem sobre evangélicos. Para Asch (1946, apud VALA, 1997, p. 89), “forma impressões significa organizar a informação disponível acerca de uma pessoa (ou grupo) de modo a podermos integrá-los numa categoria significativa”. Ainda Asch (1971, p. 438), ressalta que “ter um ponto de vista implica algo muito significativo a respeito das pessoas e processos sociais. É por meio dessa função, ainda

mal definida, que surgem organizações e oposições na ordem social”. Ainda sobre impressões, Vala (1997, p. 110) afirma que geralmente as pessoas têm uma tendência a fazer uma avaliação positiva da outra, porém, essa tendência diminui quando níveis de conhecimentos de características negativas aumentam.

Figura 5 – Análise Prototípica: Distribuição dos quadrantes da representação social dos Não evangélicos



O primeiro quadrante (superior esquerdo) apresenta algumas categorias adjetivas, a que chama mais a atenção é “fanatismo”, sendo que, o cognema “fanatismo” está no *rang* de grau de importância. Enquanto os participantes evangélicos apresentaram “Jesus” em seu núcleo central como o termo mais importante, os participantes não evangélicos destacam um julgamento prévio negativo. Para Vala (1997, p.310), dentro do quadro de relações de conflitos entre grupos se destaca um objeto de análise, o preconceito: “o comportamento

normalmente associado a este tipo de julgamento é designado por discriminação. Os preconceitos socialmente partilhados por um grupo são, mais especificamente, os que interessam à Psicologia Social”. Concomitantemente, Jones (1972, p.61, apud VALA, 1997, p. 310) afirma que “o preconceito pode ser definido como o julgamento prévio negativo dos membros de uma raça ou de uma religião, ou dos que desempenham qualquer papel significante”.

Contudo, ainda no primeiro quadrante encontramos os cognomes “preconceito e conservadorismo” como categorias para os “evangélicos”. Parece haver uma relação entre o fanatismo, preconceito e conservadorismo, porque por trás de um fanatismo se esconde atos de discriminação, categorização, segregação entre outros, como por exemplo, no caso dos nazistas, “os fanáticos pela solução final dos judeus, no julgamento de Nuremberg, não se consideravam culpados ou com remorsos pelo extermínio coletivo” (LIMA, 2002, p. 4). O autor sugere que para o fanático, não basta adorar um Deus santo, mas faz-se necessário executar uma “missão santa” de exterminar o mundo das trevas. Lima (2002, p. 7) ainda conclui: “um evangélico fanático é incapaz de diálogo e respeito para com o católico ou um budista”. Portanto, enquanto que, para os participantes evangélicos o conservadorismo é compreendido como uma virtude de vanguarda de valores, para os participantes não evangélicos o conservadorismo é, talvez, uma incapacidade de dialogar.

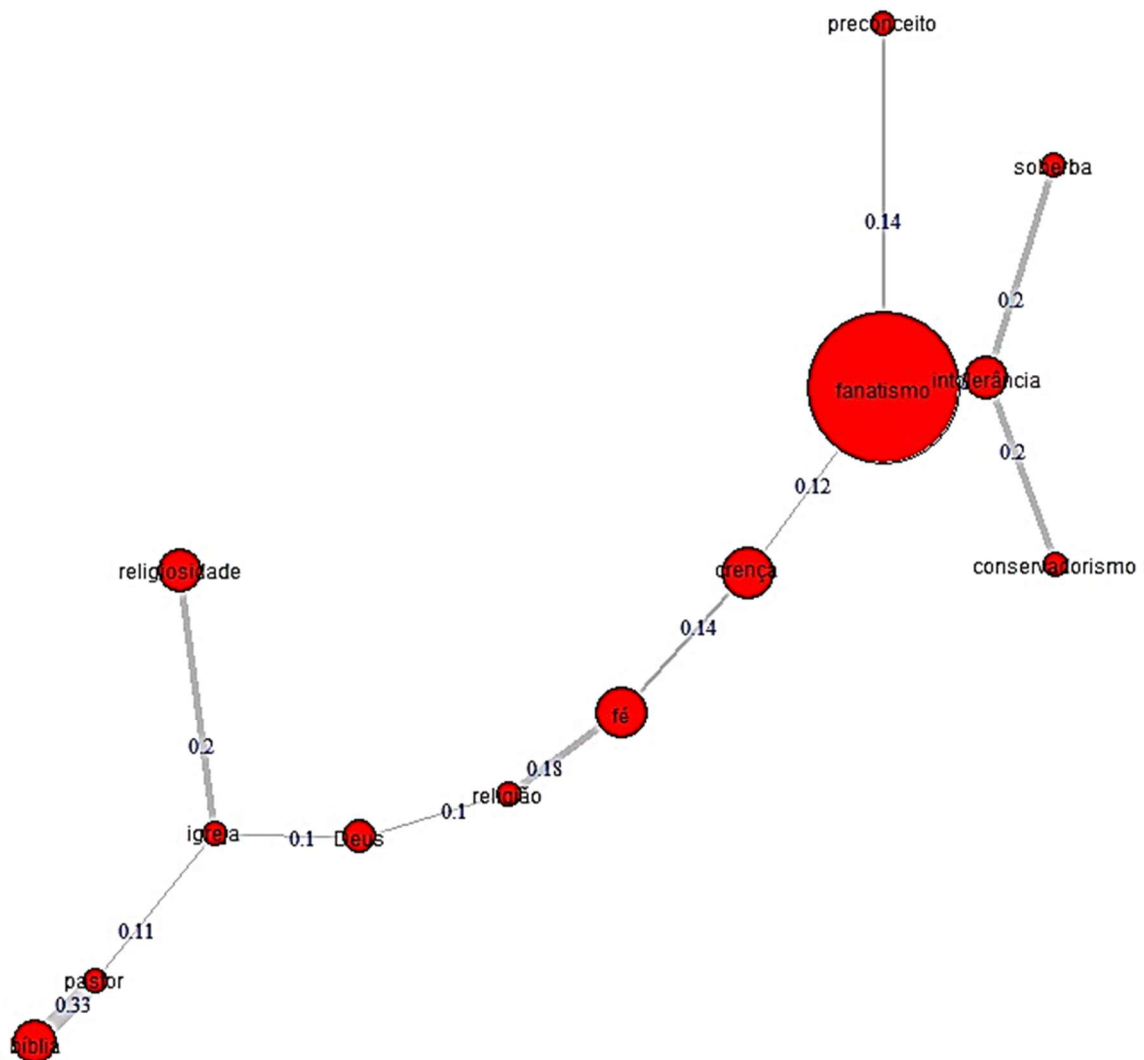
No segundo quadrante (superior direito), camada que envolve ou tem a função de preservar o núcleo central, onde estão os elementos periféricos mais importantes, encontramos o que nos chama a atenção: “intolerância”, o qual é um cognema tardiamente evocado, em relação aos do núcleo central; entretanto, possui uma frequência elevada. No terceiro quadrante (inferior esquerdo), conhecida como zona de contraste, apesar de apresentar baixa frequência, o cognema de categoria negativa também se destaca: “conservadorismo”. E no quarto quadrante (inferior direito) estão os cognemas com baixa frequência e tardiamente evocados. A importância dessa camada periférica se baseia no esclarecimento de Michel Morin (s.d. apud SÁ, 1996, p.82) onde diz que “é na periferia que se vive uma representação social no cotidiano”.

Uma outra observação importante é que os participantes não evangélicos não têm comprometimento com a preservação de uma imagem, pois não se trata de uma auto avaliação, como no caso dos participantes evangélicos, que apresentaram uma tendência mais positiva do que negativa, talvez pelo compromisso de não manchar a imagem ou o

conceito. O cognema que se destaca na constituição do primeiro quadrante, ou seja, o núcleo central, apresenta os elementos que mais importa na representação, os quais, no caso desse grupo, são menos afetivos quanto à figura do evangélico, sendo mais problemáticos e críticos.

Na análise de similitude, o grupo não evangélico apresenta uma representação dos “evangélicos” o cognema “fanatismo” tem uma maior força nas conexões, sendo o mais importante dessa representação, por sua posição intermediária entre os demais elementos evocados. O grupo apresenta um aspecto menos normativo e óbvio, cuja criticidade é mais intensa e frequente, possivelmente por não pertencer ao objeto da representação.

Figura 6 – Análise de Similitude: Arcabouço de conexões e intensidades dos elementos mais importantes do grupo não evangélico.



8. EVANGÉLICOS E AS MINORIAS ATIVAS

Ao identificar e analisar as Representações Sociais de dois grupos acerca do termo “evangélicos”, não se pode perder de vista duas problemáticas, a primeira é: “evangélicos na universidade”. É um desafio fazer um diálogo entre duas teorias: “Representações Sociais e Minorias Ativas”. Segundo Moscovici (2013, p. 349), embora “pertencem a diferentes campos da Psicologia Social”, ambas envolvem processos ideológicos, de comunicação, de relações intergrupais e principalmente influência social.

São as relações sociais no cotidiano que definem as significações. Segundo Naiff; Monteiro et al (2009, p. 4), “é no universo sociocultural que estão e são continuamente produzidas as Representações Sociais. Se quisermos compreender por que uma pessoa se comporta de um jeito e não de outro devemos ver as relações sociais embutidas em seu cotidiano”. Evangélicos na universidade se torna um grande estímulo de análise para as Representações Sociais como para a Psicologia das Minorias Ativas, pelo fato de a universidade ser um universo sociocultural, porque sua função social, principalmente no Brasil, vai para além de ensinar, mas é produzir representações. (FARAH, 2019).

Evangélicos não são um grupo isento de cargas de significações; a igreja, que tem sido seu principal universo produtor de significações, por meio de estudos, pregações e treinamentos, onde as pessoas (na maioria) se tornam militantes e responsabilizados em promover seus ideais, defender suas crenças, combater as contrariedades e influenciar os outros, inspirados nas palavras de Jesus:

“Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; Ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos”. (MATEUS: 28:19,20)

Entretanto, a universidade é um lugar sociocultural que busca promover e defender suas significações e combater argumentos contrários. Percebe-se um conflito de mundos se encontrando, todavia, não são não evangélicos universitários entrando e se estabelecendo na igreja, mas evangélicos entrando e se estabelecendo na universidade, tornando-os minorias, tanto quantitativas, como psicológicas, porque nesse caso a universidade e seus anfitriões se tornam os emissores de influência, conforme afirma Moscovici:

Tudo se encontra, pois, concentrado em torno do polo das relações sociais onde se reúnem aqueles que determinam os elementos desta cultura. São os que estão autorizados a decidir o que é verdadeiro e bom. Toda opinião divergente, todo juízo diferente, representa um desvio em relação ao que é real e verdadeiro. (MOSCOVICI, 2011b, p. 15).

A segunda problemática é exatamente um reflexo da meditação feita por Moscovici (2011b, p. 14), que questiona potencialidade exclusiva do grupo majoritário: “por que os indivíduos e os subgrupos somente são considerados como receptores de influência”? Portanto, os evangélicos na universidade, mesmo sendo uma minoria quantitativa e psicológica possuem um forte potencial de influência, tornando-se uma minoria ativa: “a minoria, o indivíduo e o subgrupo... até então, se os considerou tão somente como receptores de influência ou como desviantes; agora, devemos olhá-los também como emissores de influência e criadores em potência de normas”. (MOSCOVICI, 2011b, p. 73).

Para Moscovici (2013, p. 356), “ser uma minoria não significa ser menos numeroso”, isso gera preocupações, conforme, Farah (2019) afirma sobre o perigo das armas ideológicas:

“Mesmo assim, por mais inusitado que seja, a universidade foi eleita como um dos principais alvos dos grupos conservadores nos tempos recentes, colocando a autonomia universitária em risco. Sem autonomia não se produz conhecimento. Afinal, a produção científica não pode ser dirigida de fora para dentro, sob o risco de somente servir a uma parte da sociedade, ou servir para justificar as ações dos grupos que a dirigem, no caso, o Estado”.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual pesquisa, primeiramente, teve como objetivo identificar as Representações Sociais do “evangélico” presente entre dois grupos: evangélicos e não evangélicos, trazendo, por meio das evocações de ambos e suas impressões, as possíveis causas raízes do conflito identitário entre ambos. Conforme ressaltou Vala (1997) que são por meio das impressões sociais que surgem as organizações e oposições sociais. A importância de estudar as Representações Sociais do termo “evangélico” está no fato de ser uma reprodução de conteúdos contidos na memória e no pensamento, dando, acima de mais nada, significações importantes para aquilo que se está sendo observado.

Com o conhecimento das representações de ambos grupos é possível analisar os seguintes aspectos: o primeiro é a facilidade que o grupo tem de se auto avaliar sob uma perspectiva otimista e agradável, que foi o caso dos participantes evangélicos para os “evangélicos”. O pressuposto de exista um receio no primeiro grupo (evangélicos) de manchar a imagem do grupo do qual pertence se evidencia em suas respostas. No caso dos participantes não evangélicos, parece não haver essa dificuldade por não se tratar do grupo do qual pertence.

Entretanto, esse olhar otimista acerca de si mesmo pode representar uma cegueira psicossocial, impedindo de avistar prejuízos causados pelas próprias atitudes e reações numa relação social. Ou seja, uma faceta que reserva uma área de conhecimentos sobre o grupo que é desconhecido pelo próprio grupo, um ponto cego. Talvez o maior prejuízo seja a desconsideração da opinião dada pelo outro grupo conhecedor, principalmente as opiniões negativas.

O segundo é a dificuldade de um olhar otimista da parte dos participantes não evangélicos que emitiram opiniões negativas, na maioria das vezes. E o que se deve levar em conta é que, são críticas produzidas por experiências particulares no seu cotidiano. A palavra prontamente evocada com maior frequência foi “fanatismo”, decorrida por outros termos que se caracterizam em julgamento desfavorável ao grupo observado. O problema reside na propriedade dessas representações, que podem simplesmente estar baseados em dados subjetivos, que nutrem sentimentos hostis e generalização precipitada, configurando-se em um preconceito.

Evangélicos na universidade é uma reflexão de um possível encontro desses dois mundos de representações, onde ambos não apresentam uma predisposição em proporcionar uma convenção ou ações de diálogos. Os desconfortos psicossociais gerados entre os dois grupos, os quais podem fazer irromper atitudes de discriminação e preconceito um pelo outro em um mesmo ambiente. Na atual pesquisa buscou olhar para essa realidade com o auxílio de Serge Moscovici, o qual contribui com duas teorias abordadas neste trabalho: Representações Sociais e Psicologia das Minorias Ativas. Além de buscar com propriedade o conhecimento das Representações Sociais acerca dos evangélicos e analisa-las, buscou-se fazer uma reflexão sobre a presença de evangélicos na universidade sob a ótica da Teoria da Psicologia das Minorias Ativas.

Conclui-se que, tratar essa realidade dos evangélicos na universidade sob o ponto de vista de minorias ativas, levando em conta as Representações Sociais dos não evangélicos sobre o mesmo tema, foi uma investigação, além de relevante para a Psicologia Social, tem uma carência maior de atenção, principalmente por se tratar de conflitos, comunicação e influência. Na investigação buscou-se e detectou-se evidências para a sustentação da hipótese de que, as representações determinam as tensões e resistências entre grupos, cujas ideologias são diferentes, mas acreditou-se que ainda há muito mais para se investigar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEL, Theodore. *Os Fundamentos da Teoria Sociológica*. Tradução: Christiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1972.

ABRIC, Jean Claude. *Práticas Sociais y Representaciones*. Traducción: José Dacosta Chevrel y Fátima Flores Palacios. México, D.F.: Ediciones Coyoacán, 2001.

ABU – Aliança Bíblica Universitária. Estudante alcançando estudante. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.abub.org.br/regiao/leste/abu-seropedica-ufruralrj>.

ARISTÓTELES. *Os pensadores*. In: ARISTÓTELES (Org.). *Política*. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999. Livro I. p.141-251.

ASCH, E. Solomon. *Psicologia Social*. Tradução: Dante Moreira Leite e Mirian Moreira Leite. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

AZEVEDO, Reinado. *O IBGE e a religião*. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-caticos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/> Acesso em: 25/06/2019.

BAUER, Martin. *A popularização da ciência como “imunização cultural”: A função de resistência das representações sociais*. In: Jovchelocitch, S. & Guareschi, Pedrinho A. (Orgs), *Textos em Representações Sociais*, pp. 183-207. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

BOHN, Simone R. *Evangélicos no Brasil. Perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral*. Opinião Pública, vol.10, no.2. Campinas, 2004

BREHM, Sharon S.; BREHM, Jack W. *Psychological Reactance. A Theory of freedom e control*. Department of Psychology. University of Kansas. Lawrence, Kansas: Academic Press, 1981.

BROOCKS, Rice. *Deus não está morto*. Tradução: Francisco Nunes. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2014.

CALGARO, Fernanda e MAZUI, Guilherme. *Bolsonaro diz que vai indicar ministro ‘terrivelmente evangélico’ para o STF*. Brasília: G1 Política, 2019. Acessado em 10/09/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/10/bolsonaro-diz-que-vai-indicar-ministro-terrivelmente-evangelico-para-o-stf.ghtml>

DATAFOLHA. *Perfil e opinião dos evangélicos no Brasil*. PO813906: 2016. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2016/12/1845231-44-dos-evangelicos-sao-ex-caticos.shtml>. Acesso em 22 de agosto de 2020.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução: Ciro Mioranza. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

DESLANDES, Suely Ferreira. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DORVILLÉ, M. L.; ESCOVEDO, S. S. (2009). *Conflitos e tensões entre ciência e religião nas visões de mundo de alunos evangélicos de uma licenciatura em ciências biológicas*. Revista de investigación y experiencias didácticas. VIII congreso internacional sobre investigación em la didáctica de las ciencias (ISSN 0212-4521), Barcelona, pp. 2750-2754.

DURKHEIM, E. *As formas elementares de vida religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

_____, Émile. *As regras do método sociológico*. Tradução: Paulo Neves. 3ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. Tradução: Rogério Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ELIAS, Nobert. *A sociedade dos indivíduos*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1994.

EVANGELISTA, Mariane Ranzoni Ciscon; MENANDRO, Paulo Rogério Meira. *Trânsito religioso e construções identitárias: mobilidade social de evangélicos neopentecostais*. *Psico-USF*, v. 16, nº 2, pp. 193-202, 2011.

FARAH, Marcel. *Qual a função social da universidade?* Domtotal, publicado em 12 de abril de 2019. Acessado em 17/09/2020. Disponível em: <https://domtotal.com/artigo/8076/2019/04/qual-a-funcao-social-da-universidade/>

FEITOSA, Jennifer; SALAS, Eduardo; SALAZAR, Maritza R. *Social Identity: clarifying its dimension across cultures*. *Psychological Topics* 21 (2012), 3, pp. 527-548

FERNANDES, Leticia; TINOCO, Dandara. Educação: *Acesso de jovens de baixa renda a universidades públicas no país é 4 vezes maior que em 2004*. O Globo/Sociedade, 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/acesso-de-jovens-de-baixa-renda-universidades-publicas-no-pais-4-vezes-maior-que-em-2004-14851674>. Acesso em 09/07/2019.

FRESTON, Paul. *Protestantismo e democracia no Brasil*. Paris: Lusotopie, vol. 1999, nº. 1, pp 329-340.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GONZÁLEZ-RUIZ, Elena Isabel. *Diferenças humanas*. Juiz de Fora: Soc. Propagadora Esdeva, 1972

GROPPO, Luís Antônio; BORGES, Livia Furtado. *Grupo evangélico na universidade: práticas formativas, identidade religiosa e relações políticas*. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, 38 (3), pp. 173-196, 2018.

GUARESCHI, Pedrinho A. JOVCHELOVITCH, Sandra, et al. *Textos em Representações Sociais*. 14ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

HERNANDEZ, Aline Reis Calvo; ACCORSSI, Aline; et al. *Psicologia das Minorias Ativas: por uma psicologia política dissidente*. *Revista Psicologia Política*. São Paulo, v. 13 nº. 27, p. 386, 2013.

HOBBS, Thomas. *Leviatã*. Tradução: Rosina D' Angina. São Paulo: Martin Claret, 2014.

HODGE, Kimball. *A mente renovada por Deus*. Tradução: Jurandy Bravo. Rio de Janeiro: CPAD, 2002.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). *Censo demográfico*. Recuperado em 13 junho, 2013, de: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>, acesso em 12/07/2019.

JODELET, Denise. *Representações Sociais*. Tradução: Lilian Ulup. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2001.

- KANT, Immanuel. *Crítica a razão pura*. Tradução: Valério Rohden e Udo Baldur Moosburger. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1999.
- KITAGAWA, Sérgio T. L. *O contexto religioso do Brasil no século XIX: notas para um debate historiográfico*. XXVII simpósio nacional de história; Conhecimento histórico e diálogo social: Natal/RN: ANPUH Brasil, 2013.
- LE BON, Gustave. *Psicologia das multidões*. Tradução: Mariana Sérvulo da Cunha. 2ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.
- LELIÈVRE, Mateo. *John Wesley: sua vida e sua obra*. Tradução: Gordon Chown. São Paulo: Editora Vida, 1997.
- LÉONARD, Émile G. *O Protestantismo Brasileiro. Estudo de Eclesiologia e História Social*. 2ª ed. Rio de Janeiro e São Paulo: JUERP e ASTE, 1981.
- LEWIS, C.S. *Deus no banco dos réus*. Tradução: Giuliana Niedhardt. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2018.
- LIMA, Raymundo. *O fanatismo religioso entre outros – breve ensaio*. Revista Espaço Acadêmico, ano II, n. 17, outubro, 2002
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos*. Religião e Sociedade, soc. vol.35, no.2, Rio de Janeiro, 2015.
- MAILHIOT, Gérald Bernard. *Dinâmica e gênese dos grupos*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1976.
- MAZZOTTI, Alda Judith Alves. *Abordagem estrutural das Representações Sociais*. Psicologia da Educação. São Paulo, 14/15, 1º e 2º sem. de 2002, pp. 17-37.
- MENDES, Felismina Rosa Pereira et al. *Representações Sociais dos estudantes de enfermagem sobre assistência hospitalar e atenção primária*. Rev. Bras. Enferm. [internet]. 2016 mar-abr; 69(2): 343-50.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MOSCOVICI, Serge. *A invenção da sociedade: Sociologia e psicologia*. Tradução: Maria Ferreira. Petrópolis: Vozes, 2011a.
- _____, Solomon E. *Opinions and social pressure*. In: ASCH, Solomon E (Org.). Scientific American. California: W. H. Freeman and Company, 1955. Vol. 193, Nº. 5, pp 31-35.
- _____, Serge. *Psicologia das Minorias Ativas*. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2011b
- _____, Serge. *Representações Sociais: investigações em Psicologia Social*. Tradução: Pedrinho Guareschi. 10ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MYERS, David G. *Psicologia*. Tradução: Daniel Argolo Estill e Heitor M. Corrêa. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

- NAIFF, Denis Giovani Monteiro; MONTEIRO, Rosa Cristina; NAIFF, Luciene Alves Miguez. *O camponês e o agricultor nas Representações Sociais de estudantes universitários*. PsicoUSF v.14 n.2 Itatiba ago, 2009.
- NEMETH, Charlan Jeanne. *Minority influence theory*. California: Institute for Research on labor and employment UC Berkeley, 2010.
- PEREIRA, C., CAMINO, L. *Representações Sociais, envolvimento nos direitos humanos e ideologia política em estudantes universitários de João Pessoa*. Psicologia: reflexão e crítica, v. 16, n. 3, p. 447-460, 2003.
- PEREIRA, Cícero Roberto; TORRES, Ana Raquel Rosas; et al. *Preconceito contra homossexuais e Representações Sociais da homossexualidade em seminaristas católicos e evangélicos*. Psicologia: Teoria e Pesquisa Jan-Mar 2011, Vol. 27 n. 1, pp. 73-82.
- PIERUCCI, A. F. O. *Representantes de Deus em Brasília: a bancada evangélica na constituinte*. Ciências Sociais Hoje. São Paulo, 11, p. 104-32, 1989.
- RIBEIRO, Aldry Sandro Monteiro; ALMEIDA, Angela de Oliveira. *Representações Sociais, minorias ativas e identidade social: construindo identidades homossexuais*. In: XIV Encontro Nacional da Abrapso – 10, 2007, Rio de Janeiro, RJ. Anais (on-line). Rio de Janeiro: Abrapso, 2007. Disponível: http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteudo/html/sessoes/1760_sessoes_resumo.htm.
- RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza; et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 2008.
- RODRIGUES, Aroldo. *Psicologia Social*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1979.
- RODRIGUES, Paulo R. G. (2018). *Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira*. Psicologia & Sociedade, 30, e173402.
- RUSSELL, Bertrand. *História da filosofia ocidental*. Tradução: Brenno Silveira. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- SÁ, Celso Pedro Pereira. *Representações Sociais: teoria e pesquisa do núcleo central*. Rio de Janeiro: Termos em Psicologia (1996), nº3.
- SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das Representações Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.
- SÁ, Celso Pereira de. *Núcleo central das Representações Sociais*. 2 ed. rev. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- SANTOS, Victor; ARAÚJO, Ludgleydson; et al. *Análise prototípica das Representações Sociais sobre as infecções sexualmente transmissíveis entre adolescentes*. Psicogente, 22(41): pp.1-18. Enero-Junio, 2019. <https://doi.org/10.17081/psico.22.41.3312>
- SIQUEIRA, Deis. *Religião e religiosidade: indivíduo e sociedade*. Estudo sociológico. Araraquara, v. 18, nº 34, pp. 117-134, 2013.
- SOUZA, Jamerson Murillo A. *O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação*. Serviço. Social & Sociologia. São Paulo, n. 122, p. 199-223, abr./jun., 2015

SPINK, Mary Jane. *Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais*. In. Jovchelocitch, S. & Guareschi, Pedrinho A. (Orgs), *Textos em Representações Sociais*, pp. 95-118. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

STREY, Marlene Neves. et al. *Psicologia Social contemporânea: livro-texto*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013.

SWATOWISKI, Claudia; SILVA, Dayane; ALVARENGA, Otávio. *Religião no contexto universitário: uma pesquisa entre estudante de ciências sociais e psicologia da UFU*. *Interseções*. Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 388-411, dez. 2018

VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedita. *Psicologia Social*. 3ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

VASCONCELLOS, Karina de Mendonça. *Representação social da família: desvendando conteúdo e explorando processos*. Universidade de Brasília – Departamento de psicologia – Programa de pós graduação em Psicologia Social, do trabalho e das organizações: Brasília, 2013.

WACHELKE, João F. R., CAMARGO, Brigido V. *Representações Sociais, representações individuais e comportamento*. *Revista Interamericana de Psicologia*. V. 41 nº. 3, pp. 379-390, 2007.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

APÊNDICE A – Questionário

PESQUISA PSICOSSOCIAL E COLETIVA

Representações Sociais De Evangélicos: Um Estudo Comparativo Entre Evangélicos E Não evangélicos

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Rodovia BR 465, Km 07, s/n Zona Rural, Seropédica - RJ, 23890-000

https://docs.google.com/forms/d/13LdsJ_0e3zN2SI-oVY61ws72VHjhh28Anh3gGOJRSC4/edit

INFORMAÇÕES SOCIODEMOGRÁFICAS

1. RAÇA *

Marcar apenas uma oval.

- Branca
- Negra
- Parda
- Amarela
- Outra

2. SEXO *

Marcar apenas uma oval.

- Masculino
- Feminino

3. RELIGIÃO *

Marcar apenas uma oval.

- Evangélica
- Católica
- Espírita
- Budista
- Islâmica
- Judaica
- Ateu
- Outra

4. FAIXA ETÁRIA *

Marcar apenas uma oval.

- 18-30
- 31-43
- 44-56
- 57-69

5. ESCOLARIDADE *

Marcar apenas uma oval.

- Fundamental Completo
- Fundamental Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Superior Completo
- Superior Incompleto

QUESTIONÁRIO

6. ESCREVA 5 PALAVRAS QUE VEM A SUA MENTE QUANDO PENSA EM EVANGÉLICO *

7. VOCÊ É ATIVO EM SUA RELIGIÃO? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 As vezes

8. JÁ SOFREU ALGUM TIPO DE PRECONCEITO POR CAUSA DE SUA POSIÇÃO RELIGIOSA? EXPLIQUE COMO FOI: *

9. VOCÊ CONCORDA COM A LIBERAÇÃO DO ABORTO? JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA: *

10. VOCÊ ACHA QUE OS EVANGÉLICOS SOFREM PRECONCEITOS POR SUA POSIÇÃO RELIGIOSA? JUSTIFIQUE SUA RESPOSTA: *

11. EVANGÉLICOS COSTUMAM DIZER: "O BRASIL É DO SENHOR JESUS". VOCÊ CONCORDA? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

12. O PRESIDENTE JAIR BOLSONARO DISSE EM 2019 QUE IRÁ INDICAR UM MINISTRO "TERRIVELMENTE EVANGÉLICO" PARA A SUPREMA CORTE. VOCÊ APOIA ESSA IDEIA? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. É POSSÍVEL UM EVANGÉLICO TRABALHAR OU ESTUDAR EM UM MEIO "NÃO EVANGÉLICO" E PRESERVAR SUA CRENÇA E SEUS VALORES? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

14. COMO UM EVANGÉLICO PODE PRESERVAR SUA FÉ EM AMBIENTES "NÃO EVANGÉLICOS"? *

Marcar apenas uma oval.

- Mantendo-se distante daqueles que não compartilham da mesma fé
- Filiando-se somente a pessoas que compartilham da mesma fé
- Manifestando sua fé a todos, tentando converter o maior número possível
- Mantendo-se discreto, sem revelar sua fé
- Harmonizando sua ética religiosa com a ética do ambiente

15. VOCÊ SE SENTE A VONTADE EM EXPOR SUA IDENTIDADE RELIGIOSA AOS OUTROS? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Depende

16. SUA RELIGIÃO É FRUTO DE INFLUÊNCIA: *

Marcar apenas uma oval.

- Da família
- De amigos do trabalho
- De amigos da escola ou faculdade
- De vizinhos
- De reuniões em templos
- Internet, TV, Rádio, Livros, etc...

17. VOCÊ PREFERE TRABALHAR OU ESTUDAR EM AMBIENTES: *

Marcar apenas uma oval.

- Evangélicos
- Não Evangélicos
- Misto
- Indiferente

18. A FALTA DE REUNIÕES E ENCONTROS PREJUDICAM A FÉ DAS PESSOAS? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Talvez

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários